



Cláudio Vieira Pereira

Morte de escravizados e libertos no início do século (1840) a partir da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia.

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como requisito parcial para a minha obtenção de título de Licenciada em História.

Orientadora: Iamara da Silva Viana

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro Junho de 2018

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Agradeço aos meus pais Antônio Dias Pereira (in memoriam) e Iolanda Vieira Pereira pela educação dada e por me fazerem quem sou hoje. A Ordem dos Frades Menores Conventuais a qual faço parte. Agradeço o incentivo e apoio dado durante estes anos. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que através do Departamento de História abriu-me as portas para que pudesse fazer minha Graduação. Agradeço em particular a Secretária de D. Paulo César, Rosa, que esteve presente com seu carinho e atenção no início de minha caminhada acadêmica. Ao Padre Klepler que, durante minha estada na Paróquia Santa Bárbara e Santa Cecília sempre se mostrou de acordo com que eu pudesse, mesmo trabalhando naquela Paróquia, retornar à faculdade.

Agradeço especialmente minha Orientadora Iamara Viana, que desde as primeiras conversas em relação ao tema sempre se mostrou pronta a fazer esta caminhada comigo, me incentivando e confiando em mim. Obrigado por ter me acompanhado nesta fase tão importante de minha vida acadêmica e em todos os momentos estar sempre acessível aos meus vários questionamentos e pedido de ajuda. Aos meus amigos de turma, especialmente Marcely Dias, João Carlos e Mateus Targueta, que durante estes períodos caminhamos juntos na realização de trabalhos e pesquisas que fizeram com que nossa amizade se estreitasse cada vez mais.

Agradeço de uma forma especial minha querida amiga Christiane Nunes e Mariana (Mari in memoriam) que foram grandes companheiras de trabalho, incentivo e estímulo. Com certeza a produção deste se deve também ao apoio que ambas me deram durante a montagem e realização do mesmo. Ao meu amigo Matheus Vallaperde que me socorreu nos momentos de dificuldade em ter que elaborar, configurar e formatar os vários trabalhos que durante o curso me foram pedidos. Ao jovem e dedicado amigo meu agradecimento por toda colaboração.

Enfim, agradeço os autores aos quais eu elenco abaixo e que vieram antes de mim e que eu me baseio para a configuração do corpo deste texto. Cada um deles/as que se empenharam em elucidar e trazer à tona tantos elementos de nosso passado que muitas vezes não encontramos em nossos livros didáticos, mas que nos fazem pensar e querer aprender cada vez mais.

RESUMO

PEREIRA, Cláudio Vieira. **Morte de escravizados e libertos no início do século (1840) a partir da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia.** Dissertação de Graduação – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho quer pensar a questão dos escravizados e libertos na Irmandade de Santa Elesbão e Santa Efigênia década de 1840. Desta forma o mesmo se desenvolve a partir de três tópicos principais: as Irmandades que estavam presente na vida e morte dos escravizados e libertos; o conceito de morte, seja na cultura medieval ou africana e por fim o valor e o significado do enterramento dentro da Igreja. Enfim, todos os desdobramentos que se dava na vida destes sujeitos que conviviam com a questão da morte no dia a dia, mas que não deixavam de esperar o dia em que iriam encontrar-se com os antepassados.

Palavras chave: Escravidão. Irmandades. Morte. Sepultamentos

ABSTRACT

The present work wants to think about the issue of the enslaved and freedmen in the Brotherhood of Santa Elesbão and Santa Efigênia decade of 1840. In this way the same one develops from three main topics: the Brotherhoods that were present in the life and death of the enslaved and freed; the concept of death, whether in medieval or African culture and finally the value and meaning of burial within the Church. In short, all the developments that occurred in the lives of these subjects who lived with the question of death day by day, but who kept waiting for the day when they would meet with their ancestors.

Keywords: Slavery. Brotherhoods. Death. Burial

SUMÁRIO

1. Introdução
 2. Presença das mulheres nas Irmandades
 - 2.1. Irmandades Negras
 - 2.2. Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia
 3. A Morte
 - 3.1. O conceito de morte
 - 3.2. A morte a Igreja Católica
 - 3.3. Implicações da morte de escravizados para a sociedade escravista no século XIX
 - 3.4. Escravizados e a morte
 4. Os sepultamentos
- Considerações Finais
- Referências Bibliográficas

Introdução

Dentro de tudo aquilo que aprendemos em relação à escravidão no período letivo, chegaram até nós como herança. Assim, montamos um grande imaginário sobre este tema que muito tem a ver conosco, pois “nossas raízes” são em sua grande parte vindas do continente africano. Mas o que sabemos sobre este tema que possa nos remeter a uma verdadeira compreensão dos fatos? Até que ponto foram oferecidos nas grades curriculares ou mesmo buscamos aprender mais sobre estes sujeitos, nossos antepassados?

Este trabalho tece reflexões acerca dos questionamentos que levantamos acima. Ao ouvirmos falar pela primeira vez no “Cemitério dos Pretos Novos”, algo novo descortinou-se em nosso horizonte, iniciando a pesquisa inicial. Por meio de diálogos, leituras e exames sobre o tema, o formato inicial foi esboçado. Na verdade, já havíamos sido “fisgados” pela possibilidade de contribuir sobre esta realidade tão distante e ao mesmo tempo tão próxima. Falar sobre a escravidão tornou-se uma meta ao qual abraçamos com muita coragem e entusiasmo, sempre tendo por perto Iamara Viana, que muito nos orientou para que este trabalho de conclusão de curso pudesse chegar até aqui.

Desta forma, como “palco principal”, buscamos trabalhar com documentos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, especificamente os Registros de Óbitos, da década de 1840. “Morte dos escravizados e libertos no início do século (1840) a partir da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia”. Importante lembrar que os sujeitos históricos direcionaram nossas reflexões e pesquisa são escravizados e libertos, bem como sua relação com a Igreja Católica Apostólica Romana. Fatores que nos nos impulsionaram a analisar, até que ponto a Igreja Católica esteve presente, ou não, na vida e na morte destes “atores”. Para tanto pretendemos trabalhar com a Irmandade acima descrita, mas também com as demais irmandades que estiveram presente na vida destes sujeitos e também de muitos outros.

Outro aspecto privilegiado por nossa análise é a importância do simbolismo que a morte tinha na vida de escravizados e libertos. Estes que vinham de suas terras e quando não morriam embarcados, chegavam em outro continente para “abraçar” uma vida a qual não optaram, mas que eram obrigados a viver. Qual seria então a relevância de pertencer a uma Irmandade? Buscaremos então salientar o modo pelo qual as

Irmandades operavam na vida destes escravizados fazendo com que pudessem ter uma vida social digna. Mas por outro lado, estas mesmas agremiações estavam presentes no momento da morte dos seus irmãos, fazendo com que pudessem ter um sepultamento digno e religioso.

No capítulo 1 trataremos sobre a importância das irmandades na vida dos escravizados desembarcados no Cais do Valongo. Pretendemos assim, entender o papel destas na vida daqueles indivíduos. Afinal, quais os objetivos em se filiar a uma agremiação religiosa? E porque seria tão importante morrer dentro da mesma? Outra situação importante está relacionada ao modo as como as irmandades de negros, pardos, escravizados e libertos se mantinham, bem como proviam o sepultamento de seus irmãos.

No capítulo 2 iremos pensar sobre a morte. Desta forma, pretendemos entender como é concebida esta questão dentro do catolicismo e como a Igreja agia para poder dar sepultura a seus fiéis. Por outro lado, daremos um “passo atrás” ao verificarmos quais as doenças que mais levavam à morte, os tratamentos que os escravizados recebiam e como os mesmos eram enterrados por seus donos: estes tinham ou não um sepultamento cristão tendo em vista que eram batizados ao desembarcarem no Brasil? Dentro desta linha de pensamento, estavam os escravizados “prontos” para partirem para o além e juntarem-se aos seus antepassados? Esta é uma questão importante tendo em vista a proximidade da morte, a Igreja admoestava seus sacerdotes a ministrarem o sacramento da unção dos enfermos. Por fim, porque existia o desejo do sepultamento em “campo santo”? Qual seria a motivação por trás deste desejo que muitos morriam sabendo que seriam atendidos por familiares e testamenteiros?

O capítulo 3 apresenta reflexões acerca do sepultamento. Temos como objetivo central analisarmos o “cerimonial” que antecedia o enterramento. Abordaremos a questão da mortalha, ou seja, seu significado e suas cores. Vários fatores influenciam este momento: o lugar do sepultamento, o caixão, a mortalha como já dissemos, o toque do sino, a presença de um ou mais sacerdotes, o choro das carpideiras, as rezas e a encomendação seguida de sepultamento. Trabalharemos com os Registros de Óbitos da década de 1840 da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia que são as fontes primeiras de nosso trabalho.

Acreditamos que ao trabalharmos com o tema dos escravizados e libertos pertencentes à Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia na década de 1840 é poder

dar nossa contribuição ao tema proposto e ao mesmo tempo dar ênfase aos trabalhos, citados ou não no corpo desta obra. Pensamos, enfim, com a elaboração deste, em poder colaborar com a memória dos escravizados e libertos da Irmandade acima citada, mas a tantas outras irmandades que com empenho, zelo e muita dificuldade se esforçaram em poder cuidar destes sujeitos, na vida e na morte que se empenharam para o bom desenvolvimento econômico e cultural da época desta “terra de santa Cruz”.

Capítulo I - As Irmandades

Ao refletirmos acerca das Irmandades no Império do Brasil temos uma primeira questão norteadora de nossa pesquisa: a presença da Igreja na vida e na morte de escravizados e libertos no século XIX, especialmente na década de 1840. Sabemos que estes sujeitos, vindos da África e seus descendentes traziam consigo sua religiosidade. Ao chegarem em terras brasileiras esta realidade era totalmente esquecida ou por assim dizer, ignorada. Afinal já se professava um credo e bem específico, com heranças europeias. Ao desembarcarem, estes homens e mulheres eram “convidados a abraçar” uma nova vida. Dentro deste pacote que lhes era imposto, tinha o “item” religião. Desta forma, com o passar dos anos, estes escravos e libertos souberam equilibrar tal questão, ou seja, como conviver com a nova religiosidade imposta e a herança religiosa trazida de sua terra natal.

No momento da chegada, em alguns casos, as Irmandades e Confrarias surgem como possibilidade de socialização e de convivência religiosa. Mas o que eram estas irmandades e de onde vieram? Segundo alguns autores, tais como Kelly Cristina Araújo,

As irmandades tiveram origem na Europa e eram uma forma de organização que costumava associar santos de devoção a determinadas atividades profissionais: São José dos Carpinteiros, São Jorge dos Serralheiros, São Crispim dos Sapateiros. As irmandades proliferaram no Brasil durante o século XVII, atingiram o apogeu no século XVIII e entraram em decadência no final do século XIX. Os primeiros registros conhecidos dessas associações datam de 1632, em Belém, 1682, no Rio de Janeiro, e em 1685 em Salvador. Foram chamadas de Irmandades do Rosário dos Homens Pretos.¹

O que na verdade, teria de tão especial dentro destas irmandades para os escravizados vindos de suas pátrias e traziam consigo sua religiosidade, como dissemos, prestassem o desejo de se filiarem às mesmas? Por desembarcarem em terras desconhecidas, estes indivíduos poderiam imagina qual seria seu destino. Diante da estratificação ao qual eles mesmos eram “a moeda de valor”, o único fio de esperança onde estes podiam se prender era apresentado pela fé. Tendo em vista que a socialização é uma necessidade de todo ser humano, é exatamente neste contexto que as irmandades

¹ ARAÚJO, Kelly Cristina. **Áfricas no Brasil**. São Paulo: Editora Scipione, 2010.

se apresentam como meio, via de possibilidade para que estes sujeitos pudessem ter uma vida mais voltada, mesmo que escravos, para o aspecto social, mesmo que significasse que esta estrada teria que passar pelo fator religioso. Mas o que na verdade queria dizer irmandade, confraria ou ordem terceira? Este questionamento pode ser respondido por Célia Maria Borges que argumenta:

Os termos irmandade, confraria e ordem terceira denotavam situações semelhantes: eram associações de leigos com objetivo de promover o culto a um santo devoto. Apesar de, na prática, estabelecerem funções similares, elas comportavam diferenças, quer do ponto de vista da legislação, quer do ponto de vista dos princípios organizacionais.²

A questão de organização destas irmandades nem sempre vai depender da presença e orientação de padres. Desta forma, tendo em vista que a sociedade estava estruturada por camadas, as irmandades também seguiram este esquema, ou seja...

Diversos grupos leigos – orientados ou não por religiosos – construíram associações religiosas que se organizaram em torno de um orago de sua preferência. A cada grupo social correspondeu uma confraria, espalhando por seus membros o peso e a inserção que tinham no processo produtivo. Contudo, será errado pensar que a atividade profissional foi o fator exclusivo na organização das irmandades. Outros fatores fizeram-se igualmente sentir, como a cor, a origem social e a naturalidade, fatos que dão bem a medida da grandeza das irmandades e sua representatividade, pois nenhuma outra instituição terá talvez expressado tão nitidamente os contornos dessa sociedade local, seus conflitos, articulações e solidariedades.³

O aspecto principal de uma irmandade era o de ajudar seus irmãos. Desta forma, e dentro de suas estruturas já bem organizadas, estas irmandades buscavam estar presente nos vários momentos da vida de cada um deles. Isso não foi diferente na hora da morte. Em si, estas irmandades tinham como fundamento a devoção a um santo. Este ou esta era o santo/a padroeiro/a ao qual a vida religiosa daquela irmandade girava em torno. Por exemplo, como aponta Mariza Soares:

Na empobrecida Igreja de São Sebastião permanecem duas devoções que desde o século XVI estão associadas aos escravos e pretos: as devoções de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Não há registros sobre o ano de criação dessas devoções, mas, já em 1639, as duas constituem a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e de São

² BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais – Séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

³ *Ibidem*, p. 59

Benedito dos Homens Pretos. Só em 1669, trinta anos mais tarde, seus estatutos são aprovados⁴

Por outro lado, como mais um testemunho daquilo que dissemos, pomos em evidência as argumentações de João Reis:

Para que uma irmandade pudesse funcionar, era preciso que a mesma encontrasse uma igreja que a acolhesse, ou quem sabe construir a sua, além de ter aprovado seu estatuto ou compromisso pelas autoridades eclesiásticas. Era comum que um templo ou igreja abrigasse mais de uma irmandade, que veneravam seu santo de devoção ou patronos em altares laterais. Sabe-se que muitas irmandades que começaram suas atividades religiosas nas laterais das igrejas, cresceram a ponto de construir sua própria igreja. Estas irmandades estavam estruturadas a partir da mesa que era presidida por juízes, presidentes, provedores ou priores e faziam parte da mesa os seguintes membros: escrevães, tesoureiros, procuradores, consultores, mordomos que tinha cada um uma responsabilidade: convocar e dirigir uma reunião, arrecadar fundos, guardar os bens da irmandade, incluindo os livros, visita aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas e outras atividades. A reeleição era proibida, mas não respeitada. Um dos deveres daquele que fazia parte de determinada irmandade deveria cumprir o bom comportamento e a devoção católica, pagamento de anuidades, participação das cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca os irmãos tinham direito à assistência médica, jurídica e financeira, para a compra de alforria por exemplo, e especialmente o direito a enterro decente para si e membros da família.⁵

Curioso o fato de como as irmandades também se organizavam no seguinte sentido:

É importante lembrar que, no início, essas associações formavam-se de acordo com a região de origem de um determinado grupo de africanos e somente aceitavam pessoas provenientes desse lugar. Um exemplo é a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que só admitia quem viesse de Angola ou seus descendentes. Tal exigência só deixou de ser feita no século XIX, com a chegada em massa de africanos de diversas regiões.⁶

Importante lembrar que estas irmandades procuravam estar presente no cotidiano de seus membros não somente na parte religiosa. Esta presença dava-se também no cotidiano. Como dito anteriormente, era exatamente através destas irmandades que os escravizados e libertos tinham a possibilidade de ter acesso uma vida social. Dentro do corpo da irmandade, cada irmão tinha sua profissão, e até neste

⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵ REIS, João José. **A Morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶ ARAÚJO, Kelly Cristina. *Op. Cit.* p. 27

momento a religiosidade proposta pela irmandade influenciará o lado do trabalho de seus membros. Evidenciando o que dissemos a partir das reflexões de João Reis:

Em muitas confrarias na Bahia eram encontrados indivíduos da mesma profissão. Oficiais mecânicos de Salvador organizavam-se em torno das “confrarias dos mesteres”, dedicados aos santos patronos de cada ofício. Os ferreiros e serralheiros eram organizados na Confraria de São Jorge; os sapateiros e celeiros na de São Crispim e a de São José que abrigava os carpinteiros, pedreiros, canteiros e torneiros. A igreja da Ajuda, da irmandade de Nossa Senhora do Rosário como também a do Senhor do Bom Jesus da Cruz, esta da igreja de Palma, abrigavam os militares negros e pardos. A irmandade de Santa Cecília abrigava os músicos. Por fim, a principal função de uma irmandade era o de representar, mesmo que implicitamente ou politicamente seus grupos e suas funções na cidade da Bahia. Estas irmandades distinguiram-se por sua solidariedade, mas por outro lado exigiam de seus membros a devida postura religiosa e muitos bens materiais. Mas o critério fundamental que era “porta de entrada” para uma irmandade não era a função econômica ou política e sim a étnico-social.⁷

O autor ainda vai argumentar que:

A festa máxima de uma irmandade era celebrar seu santo de devoção. Desta forma, as irmandades não poupavam: em grandes procissões, os membros de determinada irmandade saíam pelas ruas da cidade ostentando suas vestes de gala, as capas, tochas, bandeiras, andores, cruzes juntos com insígnias. As danças e banquetes vinham logo depois. Mesmo com o pedido das Constituições Primeiras junto às irmandades de não gastarem tanto com comida e bebida, mas se preocupassem em adquirir novos e mais ornamentos para as irmandades. De nada valeu o pedido. A forma de celebrar o santo de devoção da irmandade era acima de tudo um grande intercâmbio entre o divino e o humano, por isso os grandes e pomposos festejos. Enfim, esta era a forma de poder agradecer ao santo de devoção a proteção e a intercessão junto a Deus.⁸

Dentro de suas atividades agregadoras, as irmandades buscavam, cada vez mais, incorporar a vida de seus membros de uma forma geral. Desta forma, todas as atividades que aconteciam dentro das irmandades, apontavam para momentos de encontro, além do religioso e social. Assim, a organização interna das irmandades previa:

(...) a solidariedade como próximo, promovida dentro e fora da irmandade, é uma marca dos antepassados portugueses que vieram para a colônia. Herdeiros do ideal de caridade, em que a ajuda ao pobre significava obter créditos numa economia de salvação, esses colonos reproduziram e atualizaram os mecanismos de ajuda, seguindo o modelo das organizações europeias. Algumas irmandades,

⁷ REIS, João José Reis. *Op. Cit.* pp. 64-65

⁸ *Ibidem.* pp. 75-76

como as Misericórdias, tiveram como objetivo o auxílio ao pobre de uma forma generalizada, além da solidariedade entre irmãos, comum a todas as confrarias: assistência aos presos, aos doentes, dotes às órfãs, doação de esmolas aos necessitados etc. (...) ⁹

Neste sentido, havia claramente uma distinção até mesmo dentro do campo religioso, ou seja, havia irmandade para “brancos” e para “pretos”. O que não se pode deixar de lembrar é que até mesmo entre os negros ocorria distinções quanto a participação dentro das irmandades. Segundo José Reis

Havia irmandades para todas as “raças”, ou seja, de pardos, pretos e brancos. As confrarias que abrigavam os brancos dividiam-se entre aquelas que seus membros eram, em sua predominância, portugueses. Outras mais numerosas, predominavam os brasileiros. As irmandades de maior prestígio podiam exigir de seus membros, além de sucesso social, que os mesmos devessem fazer parte da raça dominante. Mas para fazer parte, por exemplo, da confraria da Santa de Misericórdia era ser “limpo de sangue, sem alguma raça de Mouro, ou Judeu, não somente na sua pessoa, mas também sua mulher”. A Ordem Terceira de São Domingos que fora fundada por imigrantes do Porto, de Lisboa e de Viana, discriminava índios, negros, judeus e brancos pobres. O compromisso da mesma vetava o ingresso de quem não fosse “limpo de sangue, sem alguma raça de Judeu, Mouro, Mulato ou qualquer infecta nação.” ¹⁰

Desta forma, podemos perceber que até mesmo dentro do campo religioso havia suas distinções e que estas eram bem claras. Interessante perceber este distanciamento de organização entre irmandades, e tal distanciamento passa, necessariamente pela cor e distinção da pele. Não se trata de uma postura de julgamento, mas o que se busca entender, neste sentido é exatamente porque até mesmo dentro do universo religioso existia estas separações baseadas, como dito anteriormente, na questão da pele. O que me parece é que os valores étnicos eram maiores do que a própria fé, ou seja, a impossibilidade de uma convivência, mesmo dentro de uma confissão religiosa, era baseada nos valores étnicos, e estes prevaleciam.

Em seu campo de aceitação, as irmandades brancas muitas vezes se distinguia por seus ilustres participantes. Eram pessoas da sociedade e abastadas. A questão da identidade racial passa pela escolha da irmandade ao qual o indivíduo irá fazer parte. É importante perceber que é tudo muito determinado, ou seja, brancos com brancos, negros com negros, pardos com pardos. Salientando estas palavras, de acordo com Célia Borges (2005, p. 59 apud Fritz Teixeira de Salles 1963, p. 47):

⁹ BORGES, Célia Maria. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**. Devoção e Solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

¹⁰ REIS, João José. *Op. Cit.* p. 65

Os brancos, as classes dirigentes e os reinóis congregavam-se nas Confrarias do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos e Almas Santas; os donos de lavras, ricos comerciantes e funcionários da Coroa nas Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo; os escravos africanos, como já dissemos, nas Irmandades do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia; os escravos crioulos, forros e mulatos na Irmandade das Mercês, e os pardos na Irmandade de São Gonçalo Garcia.

Neste sentido muitos, são os autores que irão falar sobre este tipo de postura da época. De forma alguma não podemos traçar aqui nenhum tipo de postura que nos leve a qualquer tipo de julgamento, ou seja, quando olhamos este tipo de montagem, para não dizer separação, logo nos deixamos dominar por uma série de críticas, pré-conceitos tão bem típicos de nossa época. A questão à qual devemos nos deter é que cada indivíduo se sentia representado pela irmandade a qual se tinha filiado seja por qual motivo. Com certeza, cada um destes indivíduos que entravam nas fileiras das irmandades tinha sua razão e seu propósito, enfim seu objetivo. Para muitos era importante a participação em uma irmandade porque no momento da morte seria este confiaria aos irmãos de confraria e destino último de seu corpo, como também a encomendação, pelas orações, de sua alma.

1.1- Presença das mulheres nas irmandades

Quando olhamos para determinada irmandade, uma das coisas que chama a atenção, como fins de identificação, é o nome da mesma. Por exemplo: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Irmandade de Santa Efigênia, Irmandade Nossa Senhora da Conceição, que aliás tem vários desdobramentos, Irmandade Santa Luzia. O que nos faz pensar neste sentido é exatamente perceber a presença ou a ausência feminina nas irmandades, tendo em vista que os santos de devoção, apontavam para as santas e principalmente Nossa Senhora. Desta forma é mister saber: as mulheres podiam ou não fazer parte das irmandades? Esta é uma questão fundamental e de máxima importância no desenvolvimento das irmandades.

Segundo Marisa Soares,

As irmandades são um espaço masculino e, por isso, a presença das mulheres torna-se ameaçadora. Embora os principais cargos nas irmandades e folias sejam exclusivamente de homens, são as mulheres que mais se destacam. Os conflitos entre homens e mulheres no interior dessas agremiações estão certamente associados ao controle do poder. Essa ameaça torna-se ainda maior na medida em que o

poder feminino está baseado no feitiço. São escassas as fontes que tratam do tema sem a censura dos processos inquisitoriais.¹¹

Por sua vez, é importante lembrar que dentro do universo religioso a mulher sempre vai ter presença garantida, mesmo não sendo esta a protagonista da história.

Algumas obras vão trazer a presença da mulher no corpo da irmandade, e esta não era lembrada por qualquer ofício que exercia, mas sim era lembrada por ser a rainha:

A pressão exercida pelas autoridades civis e eclesiásticas, para que fossem abolidos os cargos de rei e rainha da irmandade, acabou por ser responsável pelo surgimento de situações diferenciadas¹²; e ainda “em 1804 o rei era o escravo Miguel “Angola”, Caetana “Benguela” era a rainha, Ventura “Angola” o escrivão e o tesoureiro o forro José.¹³

e por fim “*Alguns compromissos são omissos a respeito de rei e da rainha*”¹⁴

Como podemos perceber, a presença da mulher nas irmandades era algo garantido. Tais cargos de rei e rainha não era algo simbólico. Ambos trabalhavam para o bom desenvolvimento da irmandade, inclusive o financeiro, para que no futuro se algum dos irmãos viesse a precisar dos fundos econômicos da irmandade, saberiam de onde tirar as despesas.

Tudo o que foi dito até agora sobre a importância da presença feminina nas irmandades, vai de encontro as palavras de José Reis ao salientar que

Muitas irmandades aceitavam a presença das mulheres. Estas podiam ocupar os cargos de rainha dos festivais anuais, juízas, procuradoras encarregadas de caridade aos irmãos necessitados, coletoras de esmolas e mordomas responsáveis pela organização de festas. Em vias de regra, as irmandades tinham uma mesa de homens e outra composta somente por mulheres. Por fim, os recursos que as irmandades recebiam eram gastos com os irmãos e em caridade pública, na construção, reforma e manutenção de suas igrejas, asilos, hospitais e cemitérios. Na compra de objetos de culto como imagens, roupas, bandeiras, insígnias, como também na folha de pagamento dos capelães e sacristãos, funcionários e nas festas anuais.¹⁵

Com tantos e tais argumentos, percebe-se que a presença da mulher nas irmandades não era algo de puro enfeite. Elas trabalhavam para o bem das irmandades

¹¹ SOARES, Mariza. *Op. Cit.* p. 158

¹² BORGES, Célia. *Op. Cit.* p. 80

¹³ *Ibidem.* p. 82

¹⁴ *Ibidem.* p. 83

¹⁵ REIS, João José. *Op. Cit.* p. 29

que faziam parte e assim procedendo, trabalhavam para o bem de seus irmãos e irmãs de confraria.

1.2 - Irmandades Negras

Até agora temos falado das irmandades de uma forma geral. Assim, é importante elucidar a importância de uma irmandade na vida de uma pessoa, e foi exatamente o que procuramos fazer acima. Discriminamos algumas confrarias e suas organizações, seus membros e suas atividades principais. Ressaltamos a importância da presença feminina no corpo destas instituições. Mas é preciso dar um pouco mais de destaque à figura do negro e conseqüentemente suas organizações, ou seja, as irmandades negras. Certo que já mencionamos algumas irmandades, seja de brancos ou de negros, mas neste ponto queremos focalizar bem tais irmandades e como tal tendo o negro como o protagonista das mesmas. Sabemos que muitas irmandades eram constituídas de pessoas abastadas da sociedade. Tais organizações não aceitavam ou permitiam a presença e participação de negros em suas confrarias. Desta forma foi preciso que também os negros pudessem se organizar e poder, como as demais pessoas, geralmente homens brancos, ter assegurada a participação em uma irmandade.

Antes de entrarmos propriamente na questão de irmandades negras, queremos “dar um passo atrás”, ou seja, para que uma confraria tenha um nome, este nome ou identidade passa pela figura ou imagem de um/a santo/a de devoção. Dentro desta mesma linha de pensamento Kelly Cristina vai dizer que,

As irmandades negras conseguiram força social e algum poder político durante o período colonial, auge do seu crescimento e desenvolvimento. Foi assim que os negros passaram a reivindicar os seus direitos. É importante lembrar que, no início, essas associações formavam-se de acordo com a região de origem de um determinado grupo de africanos e somente aceitavam pessoas provenientes desse lugar. Um exemplo é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que só admitia quem viesse de Angola ou seus descendentes. Tal exigência só deixou de ser feita no século XIX, com a chegada em massa de africanos de diversas regiões. Entre as irmandades mais importantes estão a de Nossa Senhora dos Homens Pretos, a de Santa Efigênia e Santo Elesbão e de São Benedito. Todos esses padroeiros são santos negros.¹⁶

¹⁶ ARAÚJO, Kelly Cristina. *Op. Cit.* p. 27

Percebe-se que os santos tinham uma verdadeira importância na vida destas pessoas. A identificação com cada um destes homens e mulheres tinha sua fundamentação no campo da fé. Destacamos alguns santos conforme o pensamento de Célia Maria Borges:

São Benedito foi, no Brasil, entre os santos negros, o mais cultuado pelos escravos; isso talvez tenha a ver com o fato de, na sua biografia, constar ser filho de escravos. Santa Efigênia, uma princesa do Reino da Núbia, fora batizada pelo apóstolo São Mateus, quando esta realizava trabalhos missionários naquele Reino. Invadida sua nação por um rei inimigo, foi o convento de Santa Efigênia incendiado, embora salvo por sua intercessão milagrosa. É, por isso, considerada patrona dos bombeiros. Santo Elesbão foi igualmente cultuado pelos homens negros no Brasil colonial. Foi o 47º neto do Rei Salomão e da Rainha de Sabá. Santo Antônio de Catalagerona, também conhecido como Categeró, nasceu na Sicília, em 1490, ali morrendo em 1550.¹⁷

Dentro desta mesma dinâmica, ou seja, a presença e a importância dos oragos na vida dos devotos, Julita Scarano também contribui ao dizer:

A mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário. Desde os séculos XV e XVI era sob essa invocação que em Portugal se consagravam os homens de cor.¹⁸

Como podemos perceber, a devoção a Nossa Senhora do Rosário era uma das mais difundidas entre os africanos. Vimos que muitos santos tinham presença garantida na devoção dos fiéis, mas essa em particular, mesmo se tratando de uma santa de cor branca. Desta forma, Karla Leandro Rascke (2016, p. 206 apud Vanicléia Silva Santos 2008) argumenta:

A devoção ao Rosário, por parte das populações de origem africana, pode indicar e fusão de diferentes elementos e tradições incorporadas na prática de catolicismo popular. No entendimento de Vanicléia Silva Santos, a incorporação do cristianismo pelos(as) africanos(as) e também seus descendentes esteve associada a múltiplos elementos e uma visão de mundo na qual estes elementos dos quais se utiliza o cristianismo, também tinham seus sentidos e significados nos diversos culturais africanos.

A relação com os santos passava, muitas vezes pelas orações e devoções que passava pelos pedidos e promessas. Nesta negociação feita com os santos, havia sempre a questão da graça alcançadas. Era preciso, de uma certa forma, “ter” a presença dos

¹⁷ BORGES, Célia Maria. *Op. Cit.* p. 155-156

¹⁸ SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII.** 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

santos pois estes remetiam a seus devotos a tão esperada “proteção” para suas vidas. Desta forma, os santos que já gozavam no céu sua salvação, também “estavam presentes” na vida de seus devotos. Enfim, a/o santo/a de devoção era o grande protetor pessoal ou da família, aquele/a que seria o grande intercessor de seu/a fiel diante de Deus. Era milagroso/a e poderoso/a, pois nas situações de grande emergência, o negro/a sabia a quem poderia recorrer e sabia que pela sua fé e devoção iria alcançar, através da intercessão de seu santo/a de devoção a graça que tanto pedia.

Já dissemos como as irmandades estavam estruturadas e organizadas. Cada pessoa que entrava em uma irmandade buscava a solidariedade e a sociabilidade. Isso era bem comum nas instituições dos homens brancos. Esta característica não passou em branco nas irmandades de negros. Cada um deles, privados de participação nas irmandades já existentes, buscavam nas “irmandades de cor” este espaço de convivência e sociabilidade. Assim como nas outras irmandades, as dos negros também eram organizadas com o intuito de bem cuidar em vida de seus membros, sem lhes faltar o mesmo cuidado no momento da morte. Conforme o pensamento de João Reis,

A partir da Independência, muitos brancos foram aceitos em quaisquer confrarias. Interessante notar que muitos brancos não aceitavam negros em suas confrarias, mas estes eram aceitos nas chamadas “irmandades de cor”. Estas irmandades se dividiam em crioulos (pretos nascidos no Brasil), mulatos e africanos. A importância de se fazer parte de qualquer irmandade durante a vida e depois da morte era tão importante para os negros que muitos faziam parte até de quatro, cinco ou sete irmandades. Destaca-se que uma das exigências das irmandades é que estas deveriam ser dirigidas por pessoas “da raça”, ou seja, irmandade de brancos eram presididas por brancos, de mulatos por mulatos, de pretos por pretos.¹⁹

É preciso lembrar que as irmandades negras conseguiram se impor mediante muita resistência, pois não eram vistas com bons olhos pelas autoridades eclesiásticas durante certo tempo. Não pensemos que as irmandades negras puderam se organizar e foram acolhidos dentro de seu propósito. Como já dito as irmandades negras buscavam se organizar para que pudessem cuidar de seus membros em todos os sentidos, ou seja, estas se colocavam na vida de seus membros como espaço de resgate principalmente da dignidade do indivíduo. Mas estas atividades das irmandades não deixavam aqueles que as rodeavam muito à vontade. Conforme o pensamento de Kelly Cristina,

¹⁹ REIS, João José. *Op. Cit.* p. 66-69

A grande preocupação da Igreja Católica em controlar as irmandades de negros era um claro indício das forças dessas associações. Quando a Igreja permitia que se realizassem festas organizadas por negros, pretendia com isso mantê-los o mais perto possível da fé católica. Ainda assim, os africanos e seus descendentes conseguiram introduzir nessas festas elementos que faziam parte de suas manifestações culturais africanas. Era principalmente através desses eventos que se podia notar o poder das irmandades.²⁰

Mas não pensamos que “tudo são flores”, principalmente em se tratando de irmandades de negros. Como se já não bastasse as desconfianças das irmandades de homens brancos, do poder eclesiástico, começou a surgir uma grande batalha entre as próprias irmandades. O principal motivo segundo Mariza Soares (2000, p. 135-136 apud Vivaldo Coarary 1965, p. 85):

Hierarquia e procedência são valores próprios às confrarias, seja no interior de cada uma delas, na sua relação umas com as outras e na relação com a administração eclesiástica. A disputas pela precedência nas procissões como se encenas a ordem estamental do Antigo Regime.

Não pensemos que o relacionamento das irmandades se transformou em um campo de batalha. Muita coisa eles tinham que fazer para o bem-estar da irmandade e como tinham que cuidar de seus irmãos tinham que trabalhar. Assim, mesmo diante da não aceitação de muitos e da desconfiança da Igreja, como nos atesta Mariza Soares, (2000, p. 139 apud Augusto Maurício pp. 109, 205):

Os africanos da Costa da Mina, por exemplo, criam suas irmandades e as mantêm nas já consagradas Igrejas dos pretos da cidade. Ainda nas dependências da Igreja de São Sebastião, um grupo de pretos-mina organiza no ano de 1715 a Irmandade do Glorioso Santo Antônio da Mouraria. É pouco o que se sabe sobre eles além do fato de que não acompanham os irmãos do Rosário e São Benedito, nem tampouco os de São Domingos (...) nos anos de 1730 é criada, na Igreja do Rosário uma outra irmandade de pretos-mina, devota a Nossa Senhora da Lampadosa. Por fim, na Igreja de São Domingos, um grupo também de pretos-mina cria, em data desconhecida, ainda na primeira metade do século XVIII, a devoção do Menino Jesus.

1.3 - A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia

²⁰ ARAÚJO, Kelly Cristina. *Op. Cit.* p. 29

Para concluirmos este capítulo, é justo que nos debruçemos sobre a figura principalmente dos santos que “abriram as portas” da Irmandade para esta pesquisa e que levam seus nomes e falemos um pouco mais a fundo sobre a mesma. Segundo a obra de Kelly Cristina Araújo:

Santa Efigênia e Santo Elesbão eram nobres do Norte da África, no século I, logo que surgiu o cristianismo. Ela era princesa de Noba. Ele governava o país vizinho, a Abissínia. Por isso a devoção aos dois santos, no Brasil, sempre foi conjunta.²¹

Tratando mais especificamente da irmandade na obra de Mariza Soares (2000, p. 169 apud Guilherme Pereira Neves. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985)) temos a seguinte argumentação:

O processo para criação da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia começa a tramitar em 1740. O texto do primeiro compromisso refere-se à ‘confraria dos santos desta nossa irmandade’ e aos ‘gloriosos santos’, sem fazer qualquer menção ao nome de seus oragos ou mesmo da agremiação. Uma provisão de Dom Antônio de Guadalupe autoriza a instalação da ‘Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia’. Um despacho anônimo cita a ‘Irmandade dos Gloriosos Santos Elesbão e Santa Efigênia’. Por fim, na insígnia da irmandade aparece a inscrição ‘V (leia-se Venerável) Irmandade de Stº Elesbão e Stª Efigênia.

A irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia não se diferenciavam em nada, em suas atividades, das irmandades existentes. Através do Compromisso que os irmãos professavam, cada um deles eram doutrinados a cumprir todas as normas e regras da mesma, observar o cuidado com seus irmãos e não esquecerem da caridade e da devoção feita aos santos padroeiros da irmandade, apesar de, na irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, a devoção merecer mais importância que a caridade, elementos importantes na vida de qualquer irmandade. Neste sentido, na obra de Mariza Soares encontramos exatamente a fundamentação do que argumentamos:

²¹ ARAÚJO, Kelly Cristina. *Op. Cit.* p. 26

Na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia a devoção merece mais destaque que a caridade. A esta última, por sua vez, é dada uma interpretação bem restrita já que está voltada fundamentalmente para o interior do grupo, e não para a comunidade em torno dele. (...). Essa noção de caridade medieval é reinterpretada de modo peculiar no compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, onde ato de caridade é comparecer ao funeral dos irmãos. Já dar esmola além do estipulado é considerado um ato de devoção.²²

Logo no início de sua fundação a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia encontrou algumas dificuldades para poder se organiza enquanto confraria devocional. Conforme Marisa Soares (2000, p. 169 apud Augusto Maurício p. 215 e Patrícia Mulvey p. 113):

Na primeira fase da tramitação da petição feita pelos devotos de Santo Elesbão e Santa Efigênia para instituir seu culto em irmandade, o vigário da Candelária, freguesia onde a irmandade pretende se instalar, mostra-se favorável à sua criação como instrumento para despertar e incentivar a fé dos pretos pela devoção a santos de sua cor. Questiona a multiplicidade de confrarias de pretos-minas, mas admite que, considerando o grande número de suplicantes reunidos, o pedido merece ser atendido. Vinte e cinco anos mais tarde, em 1765, por ocasião do encaminhamento à Mesa de Consciência e Ordens da petição para confirmação do compromisso da Confraria do Senhor do Bom Jesus dos Martírios da Vila de Cachoeira da Bahia, formada por africanos da nação jeje, as autoridades eclesiásticas locais são contrárias à construção da agremiação. A petição dos irmãos vai acompanhada de uma nota que recomenda às autoridades portuguesas a recusa da confirmação, sob a alegação de que os jejes ‘são tirados do paganismo de África e sempre lhes fica uma propensão para coisas supersticiosas’, sendo por isso conveniente mantê-los sujeitos á disciplina do ordinário.

Mesmo diante de tantos obstáculos, a irmandade prossegue, como toda irmandade, com aquilo que lhe é específico, ou seja, além do cuidado dos irmãos em vida, a mesma deveria cuidar e administrar os bens que possuía, como também cuidar de seus mortos. Desta forma, ainda recorrendo à obra de Mariza Soares vemos que:

Além das obrigações diante da morte, a irmandade encarregava-se também de prestar alguns serviços aos irmãos. Com a morte de um irmão, a irmandade fica obrigada a garantir que as viúvas (‘enquanto não tomarem estado) e os filhos menores de 14 anos gozem dos ‘mesmos privilégios que gozava em vida de seus maridos e pais sem

²² SOARES, Mariza. *Op. Cit.* pp. 166-167

que por isso sejam obrigados a concorrer com esmola alguma'. O destaque dado ao cuidado das viúvas é um indicativo da importância da presença de pretos forros com família constituída.²³

Por fim, gostaria de fechar este capítulo com as palavras de Kelly Cristina Araújo ao dizer que:

A partir de 1850, a Igreja Católica passou a controlar com mais rigidez as manifestações religiosas. Essa mudança impediu que as irmandades continuassem a realizar suas festas, enfraquecendo seu poder de ação. Os negros, aos poucos, perderam seus cargos mais importantes, o que levou as associações à decadência. Os irmãos lutaram contra o fim das irmandades, mas, no final do século XIX, elas já funcionavam com poucos recursos. Ainda que tenham perdido muito de sua força, é importante não esquecer que foi através dessas associações que os negros da época da escravidão puderam se unir para alcançar uma vida mais digna e humana. Foi pela união e solidariedade entre os membros das irmandades que os negros – escravos ou alforriados – encontraram uma maneira de preservar sua cultura africana. E esta, transformada pelo tempo e pelas condições sociais, hoje faz parte de nossa cultura afro-brasileira e ainda pode ser encontrada em São Paulo, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e outras cidades.²⁴

²³ Ibidem p. 177

²⁴ ARAÚJO, Kelly Cristina. Op. Cit. Pág. 30

Capítulo II - A morte

Quando ouvimos falar sobre este conceito, qual é a primeira imagem que lembramos? Ou quando pensamos este fenômeno que é a morte, qual tipo de lembrança naturalmente vem à mente? Esta é uma herança desde nossa tenra idade, pensamos em separação, tristeza, choro. O fim da vida, na verdade não é bem-vinda em nossas rodas de conversa, nem ao menos em nossas lembranças. É claro que quando lembramos daquela pessoa querida “que se foi”, sempre falamos recorrendo aos momentos de alegria, e da falta que sua ausência irá nos causar. Mas da morte, evitamos falar. Esta aversão presente em nossa cultura impregnou em cada um de nós e que nos faz correr, temer, fugir e acima de tudo evitar com todo cuidado. Portanto, este capítulo apresenta reflexões acerca da morte e seus significados na sociedade escravista do oitocentos no império do Brasil de modo geral, e, principalmente, sobre africanos e crioulos, escravizados e libertos ligados à Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Refletiremos da mesma forma, acerca do fenecimento na sociedade em questão, bem como a mesma nos possibilita conhecer a vida daqueles sujeitos.

Diante de tantas obras que falam sobre este assunto, queremos pôr em relevo algumas que nos interessa diretamente. A morte já fazia parte da realidade dos africanos que vinham para o Brasil. Segundo Leandro Narloch:

...quando eles foram embarcados, estavam tão apertados que muitos deles morreram num dia; cinco, seis, dez, algumas vezes até uma dúzia morria num dia, por causa do calor e da falta d'água. (...). Tinham pouca água à disposição, a sede era tão intensa que muitos, de absoluta sufocação e sede, morreram. (...) A maior parte dos que morreram a bordo morreu de sede.²⁵

Como dito anteriormente, a morte era uma realidade na vida daquelas pessoas que ao embarcarem para longe de suas terras perdiam a identidade, dignidade, enfim até mesmo a vida. Nesta mesma linha de pensamento, Manolo Florentino argumenta que *...havia, de início, as mortes durante o longo trajeto entre as zonas da captura no*

²⁵ NARLOCH, Leandro. **Achados e Perdidos da História**. Escravos. A vida e o cotidiano de 28 brasileiros esquecidos pela História. Rio de Janeiro: Geográfica e Editora Ltda, 2017.

*interior e a costa africana, que se somavam às ocorridas durante a espera nos barracões e portos.*²⁶ Como podemos perceber, a vida e a morte destes homens e mulheres estavam mais do que nas mãos daqueles que os subjugavam. Com um destino incerto, o “lado da balança” que mais pesava era o da morte.

No capítulo I apresentamos a relevância das irmandades na vida dos escravizados e libertos e sua constância, principalmente no auxílio a tudo que tange o dia a dia dos irmãos. Assim, na hora da morte não poderia ser muito diferente. Existia, na verdade, todo um “aparato” para que aquele/a irmão/a falecido fosse sepultado de uma forma digna, ou seja, pudesse ter “uma boa morte”. Por outro lado, os irmãos eram avisados do acontecido:

Uma parte importante da vida confrarial era consagrada aos cuidados a ter com os mortos. Por falecimento de qualquer confrade, o sacristão ficava encarregado de anunciar a morte pelo toque fúnebre dos sinos da Igreja, percorrendo a vila com a campainha e uma cruz na mão, sinal de que o morto era um irmão.²⁷

Em relação a morte existia todo um cuidado ao se tratar ou preparar o cadáver para seu sepultamento. Todo este cuidado, na verdade remetia o grande medo que muitos tinham da toda esta situação. Por isso, tantos cuidados para com aquele que estava para ser sepultado pudesse “ir em paz”. Não fazer um sepultamento de forma digna, poderia significar grandes problemas para os vivos. Enfim, passemos a este grande e temeroso universo, a fim de podermos entender como se dava esta realidade na vida dos escravizados e libertos, que poderia ser dura e triste para muitos e libertadora para outros.

2.1 - O conceito de morte

Muitas culturas trazem consigo um conceito sobre a questão da morte. Diferentes tradições, fantasias, medos, perspectivas e atitudes que juntos formam uma postura a ser tomada nesta situação. Algumas sociedades têm inclusive em seu calendário um dia onde se celebra a “santa morte”. Assim sendo, ela é celebrada “na partida” dos indivíduos que vivem conosco, ou seja, pessoas conhecidas diretamente ou

²⁶ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁷ BORGES, Célia Maria. *Op. Cit.* p. 165

mesmo aquelas às quais apenas tomamos conhecimento indiretamente, mas sempre sabemos: “fulano de tal morreu”. Desta forma, acompanhamos funerais de reis e rainhas, de personalidades da política e celebridades, de uma única pessoa ou um acidente gerando grande catástrofe, vitimando a humanidade. Morte que é causada pelas más ações ou crueldade do homem, de si mesmo para o mundo e conseqüentemente de toda natureza.

Voltando nosso olhar para o passado, acompanhamos o relato de Philippe Ariès acerca da morte:

Vamos de início nos perguntar muito ingenuamente como morriam os cavaleiros na Canção de Rolando, nos romances da Távora Redonda, nos poemas de Tristão Eles não morriam de qualquer maneira: a morte era regulamentada por um ritual costumeiro descrito com benevolência. A morte comum, normal não se apoderava, traiçoeira, da pessoa, mesmo quando era acidental em conseqüência de ferimento, e mesmo quando era feito de demasiada emoção, como acontecia.²⁸

Para um número considerável de indivíduos, a morte é considerada um tabu da mesma forma para sociedades e povos distintos. Na verdade, muitos são aqueles que conseguem conviver com esta realidade, mas existem indivíduos que cultivam um grande pavor da morte. Afinal, o imaginário humano em relação a este tema é bem rico, cheio de fantasias e elementos significativos. Existem os relatos daqueles que já tiveram “de cara com a morte”. Como podemos constatar, nós “convivemos” mais com a morte do que imaginamos. Conforme o pensamento de Philippe Ariès:

Ela está agora tão apegada nos nossos costumes que dificilmente podemos imaginá-la em compreendê-la. A atitude antiga em que a morte está ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada opõe-se demais à nossa, onde nos causa tanto medo que nem ousamos dizer-lhe o nome. É por essa razão que, ao chamarmos essa morte familiar de morte domada, não queremos dizer com isso que antes ela tenha sido selvagem e, em seguida, domesticada. Queremos dizer, pelo contrário, que ela se tornou selvagem, enquanto anteriormente não o era.²⁹

²⁸ ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981.

²⁹ *Ibidem*. *Op. Cit.* p. 31

Pelo que podemos constatar, a morte causa em grande parte dos indivíduos um fascínio muito grande. Tem este “poder” de aproximação, de convivência como na antiguidade, para depois e com o passar do tempo causar repulsa, gerando a negação da mesma. Neste grande embate que é a fuga da realidade, ou seja, a negação da finitude de si mesmo, os indivíduos buscam cada vez mais a infinitude de sua própria existência. Para muitos, a certeza de que “nossos dias estão contados”, é um grande martírio, uma busca desenfreada cada vez mais pela vida, e fuga desta realidade que lhes causa tanto pavor, tanto medo. Ilustrando o que estamos afirmando, Philippe Ariès vai dizer que (2017, p. 144 apud Jaques le Goff 1964, p. 397):

Medo da danação, e não medo da morte, como diria Le Goff. Ainda que essas imagens da morte e da decomposição tenham sido utilizadas para despertar este medo, originalmente elas lhe são estranhas – no fundo, não significam medo da morte nem do Além. Eram antes o signo de um amor apaixonado pela vida e da dolorosa consciência de sua fragilidade, no limiar de Renascimento - onde reencontramos uma das abordagens de Tenenti.

2.2 - A morte e a Igreja católica

“... o amor é tão forte como a morte”³⁰

O tema da morte, como já vimos, é pauta de debate em muitas culturas e sociedades. Como não poderia deixar de ser, também traz consigo o seu “lado religioso”, por assim dizer. Muitos seguimentos religiosos se debruçam sob o mesmo para dali poder explicar acerca da vida, da existência. Neste sentido, iremos verificar o pensamento da Igreja Católica acerca da morte. Grosso modo, estas duas realidades estão bem próximas. Desde o início de sua fundação, a Igreja tem que conviver com esta questão. Desta forma, aqueles que defenderam o pensamento de Cristo foram perseguidos e mortos. Interessante perceber que o caminho da fé sempre se “confunde” com o caminho da morte. Segundo Philippe Ariès *“No cristianismo primitivo, o morto era representado de braços estendidos em atitude de oração. Esta atitude ritual é prescrita pelos liturgistas do século XIII.”³¹*

³⁰ A Bíblia TEB. **Com o Antigo e o Novo Testamento traduzidos dos textos originais hebraico e grego com introduções, notas e glossário.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

³¹ ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente.** Da Idade Média aos nossos tempos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

Dentro deste grande imaginário que girava em torno da morte, a Igreja, desde os primórdios trabalhou com dois elementos distintos: o céu, lugar para aqueles que, apesar tantas tribulações, conseguiam a salvação; e inferno, reservado aos que não a alcançaram. Outro elemento construído foi o purgatório, lugar onde as almas dos que cometem pecados leves acabavam de purgar suas faltas antes de ir para o paraíso. No pensamento de Cláudia Rodrigues (1997, p. 151 apud Jaques le Goff, 1994, pp. 109-115):

Constituído, no imaginário cristão medieval, como espaço e como tempo, o Purgatório foi o resultado da crença cristã, surgida desde muito cedo, na possibilidade de remissão de determinados pecados, sob certas condições, após a morte. O cristianismo julgou possível que certos pecados, pela sua natureza (pecados leves, veniais) ou pelas condições de morte do pecador (tendo feito confissão sem, no entanto, ter realizado a penitência), podiam ser expiados através de uma purgação depois da morte. O tempo desta purgação estaria situado entre a morte individual e o Juízo Final ‘coletivo’, tempo em que os defuntos, beneficiados desta possibilidade póstuma de resgate, teriam que purgar os pecados, podendo durar mais ou menos, de acordo com a gravidade das faltas ainda por expiar e consoante o zelo dos vivos de intercederem pelo condenado à purgação, por meio dos sufrágios. Os defuntos que terminassem a sua purgação antes dos fins dos tempos iriam logo para o Paraíso celeste.

Importante ressaltar que nos primórdios da Igreja, diante das perseguições, os primeiros cristãos se escondiam em catacumbas para que pudessem “ouvir a palavra e partilhar o pão”. Como já vimos, a morte sempre foi algo concreto no desenvolvimento da história da Igreja. Este era justamente o lugar de onde acabava se expandindo a vitalidade da pregação e a vivência religiosa da crença cristã. Desta forma, a Igreja traz consigo um grande número de mártires desta mesma época que, derramaram seu sangue como testemunho pela fé professada. Neste sentido, Pierre Pierrard nos diz que:

Inicialmente, os cristãos se reúnem em alguma sala colocada à disposição por um deles. No século III, já encontramos lugares de cultos autônomos, que pouco a pouco são construídos segundo uma arquitetura específica (de tipo basilical). Desde o século II, os cristãos dispõem de cemitérios próprios: primeiro, cemitérios de superfície; depois – sobretudo em Roma -, galerias subterrâneas ou catacumbas, onde o culto cristão se refugia em tempos difíceis: aí se desenvolve uma arte protocristã – afrescos, mosaicos, sarcófagos -, evocando a vida cristã e fornecendo um alimento perpétuo para a catequese.³²

³² PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**: São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

Uma das bases da Igreja Católica é a vida dos santos. Homens e mulheres que presentes na da Igreja, nas perseguições, não hesitaram em dar a vida em nome daquilo que acreditavam. Nos santos repousa os grandes exemplos para o povo cristão. Seus gestos, escolhas e atitudes em defesa da sua crença, incentivaram muitos a trilhar os mesmos caminhos, ou seja, a via do martírio. E assim foi durante muito tempo, a morte presente na vida dos primeiros cristãos e não cristãos que já estavam “habituaados” a ter que conviver com esta questão. Paul Johnson em sua obra aponta que:

Muitos cristãos foram torturados, nos troncos ou em celas. Sanctus, um diácono de Vienne, teve lâminas em brasa aplicadas aos seus testículos – ‘seu pobre corpo era, inteiro, uma só ferida, uma só chaga, tendo perdido a forma externa de um homem’. Os cristãos que eram cidadãos romanos foram decapitados. Outros forçados a atravessar um corredor polonês de homens munidos de açoites, entra em um anfiteatro e, em seguida, perante uma plateia composta, em sua maioria, de homens de tribos não romanizadas, jogados às feras. As cabeças e membros mutilados dos cristãos foram exibidos, guardados durante seis dias e, depois, queimados, sendo suas cinzas atiradas no Ródano. (...) Uma dama, Blandina, foi a mais maltratada de todos, ‘torturada da aurora à noite, até seus torturadores estarem exaustos e (...) maravilhados com o fato de ainda haver vida em seu corpo’. Ela foi então chicoteada, assada na ‘frigideira’ e, por fim, colocada em um cesto para ser atirada à morte por touros selvagens.³³

Com o passar dos tempos, diante da fundação das cidades em torno das abadias, houve a necessidade de dar sepultura aos mortos. O local escolhido seguindo a lógica cristã foi a Igreja, local em que estavam os santos, venerados pela sua crença. Seguindo este pressuposto enquanto lugar eleito para ser sepultado, Philippe Ariès afirma:

Muito do que foi dito sobre o cemitério e seu caráter público aplica-se também à Igreja. Uma e outra eram ao mesmo tempo casa dos mortos e casa dos vivos. Foram assim de início, graças à devoção, às relíquias dos santos e às suas *memoria*. Em seguida, a partir do século XII, permaneceram próximos, mas a piedade mudou de motivação. O mesmo sentimento que atraía os sarcófagos das primeiras eras cristãs para os martyria sempre impeliu os homens da baixa Idade Média para escolher sepultura na Igreja ou do lado dela. Contudo, já não era a memória do determinado santo que se procurava, era a própria Igreja, por ali se celebrarem as missas, e o lugar mais apreciado era o altar, não confissão do santo, mas a mesa do sacrifício.³⁴

³³ JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001

³⁴ ARIÈS, Philippe. *Op. Cit.* p. 76

Desta forma, a Igreja passa a ser a grande “responsável” no que se refere à morte. Início e fim estavam presentes dentro desta instituição desde o momento em que na Missa os vivos se encontravam onde estavam sepultados seus entes queridos, ou seja, nas igrejas. Este espaço passa a ser comum entre estes dois mundos, ou seja, o mundo dos vivos e o mundo daqueles que já haviam fenecido. Pois o lugar do sepultamento sendo no interior da instituição religiosa garantia a lembrança e conseqüentemente as orações pelas almas ali enterradas. Assim sendo, dentro do universo religioso abrigava todos os seus “filhos”, até mesmo os mortos. Neste sentido, importante ressaltar o que João Reis atesta em sua obra:

Era importante ser enterrado nas Igrejas pois lá é onde Deus e seus santos habitam. Além de Deus e toda sua corte celeste, a Igreja passou a ser lugar de morada também dos falecidos. Qual seria então a importância de ser sepultado? E ser sepultado dentro da Igreja? Deve-se lembrar que a Igreja era a Casa de Deus e lá habitavam seus santos e anjos. Naquele lugar santo sob o teto de Deus é que os mortos deveriam esperar o dia da ressurreição. Desta forma, a proximidade de imagens e cadáveres já era uma certa antecipação daquilo que se esperava para o futuro, ou seja, a vida eterna. Assim, a Igreja era uma das portas de entrada no reino dos céus. Ser enterrado na Igreja tinha sua importância também porque era uma forma de não ser esquecido pelos vivos. Isso porque justamente naquela Igreja é que o falecido foi batizado, casou-se e foi sepultado, sua vida girou em torno daquela mesma Igreja, pois esta era ao mesmo tempo que Templo, também servia de sala de aula, recinto eleitoral, tribunal de auditório de júri e discussões políticas.³⁵

2.3 - Implicações da morte de escravizados para a sociedade escravista brasileira no século XIX

“A carne mais barata do mercado é a carne negra”³⁶

Para as importações entre os anos de 1790 e 1794 trabalhei com os números de Rudolph Bauss, o qual, de posse do total anual dos impostos cobrados por escravo desembarcado no porto carioca,

³⁵ REIS, João José. **A Morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁶ SOARES, Elza. *Do Cócix até o pescoço* (Álbum). Gravadora Maianga Discos. 2002. Cantora e compositora, Elza da Conceição Soares nasceu no dia 23 de junho de 1937, Rio de Janeiro. Seu gênero musical: MPB, samba, bossa nova, samba, jazz. Filha de: Rosária Maria da Conceição e Avelino Gomes Soares. Foi casada com: Alaúrdes Antônio Soares (1950-58) e Garrincha (1968-83).

determinou, a partir de um imposto de 1\$000 réis por cabeça, as flutuações das importações entre os anos.³⁷

Como se pode perceber, estamos falando de comércio, este mercado intenso em várias partes do mundo e do Brasil que se esforçava por manter viva a livre rota de tráfico e com isso lucrar com a comercialização humana, ou cargas vivas que tinham seu destino nas mãos daqueles que lhes subjugavam. Neste cenário financeiro ainda existia, em relação aos escravizados, o sistema de escambo. Prática esta, que consistia num sistema de trocas, material ou de mercadoria, sem relação com o dinheiro. Neste sentido, a vida humana africana escravizada e de seus descendentes era objeto de comercialização por aqueles que comercializam suas vidas. É exatamente isso que vai nos mostrar Manolo Florentino:

Para serem trocados por escravos ela estava carregada com onze fardos e oito caixas de fazendas, catorze caixas de armas de fogo, uma caixa com navalhas, espelhos, corais e facas, e trezentas barras de ferro com esta carga conseguiu adquirir 292 escravos na África, dos quais 289 desembarcaram no porto do Rio em 23 de abril de 1828. Outro exemplo é o do brigue Boa Viagem que, destinado aos Portos de Benguela e Luanda, zarpou do Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1827. Para escambo levava 74 pipas, quatro meias pipas e oito barris de aguardente, 58 volumes de fazendas, 58 rolos de fumo e diversos gêneros estrangeiros. Para manutenção de tripulantes e escravos, a carga se compunha de dez barricas de açúcar, quinze sacas de arroz, duas de café, 110 de farinha e oito de barris de toucinho.³⁸

Diante do quadro apresentado até aqui, percebemos que os escravizados tinham sua importância enquanto “moeda de troca”, mas por outro lado eram sujeitos/mercadorias. Assim, ao desembarcaram no Rio de Janeiro, por exemplo, ficavam expostos no cais do Valongo até serem comercializados. Após a comercialização por parte dos senhores que os compravam, havia um grande cuidado com a saúde dos desafortunados, pois se estivessem doentes e morressem, esta situação poderia reverter para o comprador da “mercadoria” um certo prejuízo. Então, a implicação de comprar um escravo doente era exatamente esta: a perda financeira do investimento. Certamente uma das grandes implicações da morte de escravizados, ocorreu entre dois grandes polos: de um lado o senhor de escravos que não queria assumir nenhum tipo de encargo financeiro funerário para com seus escravizados

³⁷ FLORENTINO, Manolo *Op. Cit.* p. 50

³⁸ *Ibidem*

mortos, de outro a Igreja que combatia sepultamentos clandestinos realizados por senhores, na tentativa de evitar despesas seguindo os rituais indicados.

Segundo as Constituições Primeiras da Bahia, desde o momento em que o escravizado, ao pisar em solo brasileiro e fosse batizado, seria considerado cristão. Como tal, mesmo escravizado, tem todos os direitos de, no momento da morte, ser enterrado como tal e com dignidade. Assim expressa as Constituições:

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica enterrarem-se os corpos dos fiéis Christãos defuntos nas Igrejas, e Cemiterios dellas: porque como são lugares, a que todos os fiéis recorrem para ouvir, a assistir às Missas, e Officios Divinos, e Orações, tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encommendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memoria dela nas sepulturas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos os fiéis que neste nosso Arcebispado fallecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemiterios, e não em lugares não sagrados, ainda que elles assim o mandem: porque esta sua disposição como torpe, e menos rigorosa se não deve cumprir.³⁹

Mas podemos perceber que não eram assim que as coisas aconteciam. O que se percebe é a preocupação da Igreja em pelo menos poder dar a seus fiéis um sepultamento digno. Por outro, conforme nos atesta Júlio César Medeiros da Silva Pereira:

As irmandades usufruíram do sepultamento ad sanctos e os escravos novos ainda não possuíam um lugar próprio para este fim. As Constituições Primeiras recomendavam que os escravos fossem sepultados, o que os senhores insistiam em desobedecer, enterrando-os pelos matos.⁴⁰

Importante perceber que este tipo de atitude por parte dos senhores de escravizados criará um grande mal-estar, pois tal tipo de postura era inaceitável para a Igreja, tendo em vista que os escravizados recebiam o Batismo, passavam a ser cristãos e como tal mereciam um sepultamento digno segundo os parâmetros da Igreja. Mas como já vimos, a letra era uma, mas a prática era totalmente outra. Analisando o texto das Constituições Primeiras temos a seguinte afirmação:

³⁹ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Festas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião da Vide. 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: Propostas, e aceitas em Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de Junho do Anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbra em 1720 com todas as Licenças necessárias, e ora reimpressas nesta Capital. São Paulo: Edições do Senado Federal, 1853.

⁴⁰ PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições Garamond, 2007

E porque na visita, que temos feito de todo nosso Arcebispado, achamos, (com muita grande magoa de nosso coração) que algumas pessoas esquecidas não só da alheia, mas da própria humanidade, mandão enterra os seus escravos no campo, e matto, como se forão brutos animaes: sobre o que desejando Nós prover, e atalhar esta impiedade, mandamos, sob pena de excomunhão maior ipso facto incurranda, e de cinquenta cruzados pagos do aljube, applicados para o accusador, e sufrágios de escravo defunto, que nem uma pessoa de qualquer estado. Condição, e qualquer que seja, enterre, ou mande enterrar fóra do sagrado defunto algum, sendo Chistão baptizado, ao qual conforme a direito se deve dar sepultura Ecclesiatica, não se verificando nelle algum impedimento dos que ao diante se seguem, pelo qual se deva negar. E mandamos aos Parochos, e nossos Visitadores que com particular cuidado inquirão do sobredito.⁴¹

Desta forma, argumentamos ser de total descaso o sepultamento conferido aos escravizados. Importante recordar que o investimento realizado pelos proprietários de terras e escravizados era alto, e perder um escravo através da morte também era um grande prejuízo, como já argumentamos acima. Assim, pelo menos na concepção do senhor, que não quisesse arcar com as despesas de sepultamento, enterrar um escravizado no “mato” seria uma saída mais rápida e sem grandes custos. É claro que uma atitude assim teria retorno e como vimos, tal procedimento chega até ao conhecimento da Igreja que, de certa forma, sai na defesa daquela gente. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Mary Karasch assinala que:

Alguns senhores que despejavam lixo nas ruas e praças também não tinham escrúpulos em jogar fora seus escravos agonizantes, em ‘um estado de perfeita nudez’. Quando morriam os filhos dos escravos, uma prática comum era abandonar à noite diante da porta de uma Igreja para que fossem enterrados, enquanto outros eram deixados na roda dos expostos.⁴²

Diante do exposto neste capítulo, percebemos, a prática de enterramento clandestino como causa de grandes implicações e tensões: entre a Igreja e senhores; entre senhores e famílias daqueles que estavam sendo “jogados no lixo”, mas o que não se pode deixar de lembrar que ao expor estes corpos em qualquer lugar, como mencionado acima, no lixo, esta prática implicava no envolvimento de toda sociedade que exposta aos odores dos corpos em decomposição - como apresentado no trabalho de

⁴¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Op. Cit.* pp. 295-296

⁴² KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Júlio César Pereira acerca do Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro - sofriam com as atitudes desumanas e irresponsáveis dos senhores de escravos.

2.4 – Escravizados e a morte

“As diferentes atitudes diante da morte e da vida além-túmulo entre africanos e portugueses podia ser notada no controle sobre os mortos. Os africanos conseguiam o melhor desempenho nesta questão”⁴³

Até o presente momento, estamos falando da morte, dentro de várias prerrogativas. Nossa intenção e atenção agora se volta para os escravizados e libertos do século XIX. Sabemos que estes sujeitos capturados em sua terra natal eram subjugados e obrigados a partir além-mar, de onde possivelmente nunca mais voltariam. Assim deixavam muita coisa para traz: a pátria, a liberdade, a vida em si. Ao serem deportados como meras “mercadorias”, como dito acima, estes sujeitos perdiam sua identidade e até mesmo a vontade de viver. Afinal, viver para que? Longe de sua pátria eles poderiam esperar o pior. Com certeza, este “pior” na grande maioria dos casos acabava acontecendo.

Ao serem traficados enquanto “cargas vivas”, estes sujeitos, tão humanos quanto aqueles que os escravizavam, tinham suas almas roubadas e o psicológico abalado. Acreditamos que estes homens e mulheres já começavam a morrer desde o embarcarque nos portos africanos e aqui chegando, tentavam sobreviver, apesar das condições que se impunham sobre os mesmos. Segundo Mary Karasch,

A vasta maioria dos escravos cariocas passava pelo trauma e a insegurança de ao menos uma venda em suas vidas. Poucos tinham qualquer garantia de que seus donos os manteriam em suas famílias e cuidariam deles pelo resto de suas vidas.⁴⁴

O mercado escravista, como já analisamos anteriormente, era um mercado de grande rotatividade. Ao serem embarcados nos navios com destinos incertos, os escravizados já viviam em situações totalmente desumanas no interior destas embarcações. Desta forma, este era outro meio pelo qual o sujeito estava destinado à

⁴³ VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações do poder em Vassouras (1840 – 1880)**: hierarquias raciais, sociais e simbolismos. Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História do território. São Gonçalo. 2009.

⁴⁴ KARASCH, Mary. *Op. Cit.* p. 92

morte, ou seja, sem nenhum tipo de condições higiênicas e/ou alimentícias, era praticamente certa a morte de quem estava obrigado a viver, pelo menos durante o transporte, daquele jeito. Assim, enquanto os traficantes estavam pensando no valor que a “carga”, ou a “peça” poderia lhe render, as almas que estavam no porão da embarcação, já iniciavam sua caminhada com dois destinos bem traçados: a vida, que não era garantia de felicidade, ou a morte, que os livraria daquele futuro incerto e, pelo visto cruel. Conforme Iamara Viana nos recorda,

O escravo era considerado, pela sociedade escravista, uma propriedade, um bem que deveria ser controlado para melhor exercer sua função, o que significa em muitos dos casos, o uso da violência física. Até meados do século XIX, as doenças e mortes consecutivas não abalaram a estrutura do patrimônio pela facilidade de reposição desta mão-de-obra, o que sofrerá uma sensível mudança após o fim de tráfico negreiro em 1850.⁴⁵

Outra via pela qual os escravizados eram destinados à morte, com certeza passava pelos maus tratos aos quais eram obrigados a suportar ainda embarcados. Devido às condições sub-humanas a que estavam sujeitos, muitos indivíduos não suportavam e faleciam. Tais condições passavam necessariamente pela violência corporal, mas a violência psicológica tinha sua parcela de contribuição neste quadro de vida e morte. Segundo Manolo Florentino,

Pode-se imputar mortes a bordo a fatores como escassez de alimento e água, maus tratos, superlotação e até mesmo ao medo que minava a resistência física, moral e espiritual de contingentes formados muitas vezes por fatigados prisioneiros de guerra.⁴⁶

Essa condição sub-humana de “viver” era na verdade apenas o início de uma longa jornada de muitos sofrimentos corporais e psicológicos. Esta dura realidade sofrimento acompanhava os escravizados em todos os momentos do dia a dia. O trabalho duro, fatigante caso não fosse bem feito, tinha como resultado a punição, vinha de imediato. Pelo que podemos perceber, em todos os instantes, ao redor destes sujeitos só se via elementos que apontavam para uma situação de completo sofrimento. Conforme nos atesta Mary Karasch (2000 p. 172. Joachim John Monteiro 1968, p. 40):

⁴⁵ VIANA, Iamara. *Morte Escrava e Relações de Poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos*. Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. São Gonçalo. 2009

⁴⁶ FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* pp. 144-145

Nas residências ou oficinas da cidade, temos apenas visões de relance dos tipos de castigo enfrentados pelos escravos. Os instrumentos mais comuns de punição dos lares, oficinas e fábricas do Rio eram o chicote e a palmatória. Debret coloca ao lado da senhora da casa o chicote de couro com que os senhores ameaçavam seus cativos a todo momento. Com a palmatória, batiam nas mãos deles – ou em outras partes sensíveis do corpo, se o objeto fosse a tortura. Segundo Monteiro, a palmatória era usada também em Angola para punir escravos domésticos, e ele a descreve como ‘uma peça de madeira chata, circular, com cinco furos e um cabo curto’. De acordo com os donos dos escravos de Luanda, ela ‘quase não causava dor’, mas o dr. Tams viu que as mãos dos escravos que examinou estavam inchadas, laceradas e sangrando.

A partir das nossas análises, a morte de escravizados e libertos, era recorrentemente antecipada devido as questões apontadas acima. Vivendo de forma precária e se alimentando insuficientemente, sua saúde não se aproximava da ideal ou esperada para o trabalho no campo ou na cidade. Muitas horas de labor, má alimentação, vestimenta inadequada e poucas horas para poder e poucas horas para poder descansar configurava um verdadeiro quadro de horrores na vida daquela gente. Assim, os escravizados eram acometidos por muitas doenças. A principal era a tuberculose como nos atesta Iamara Viana,

Uma das doenças que mais geravam óbito, a tuberculose, também é mencionada por Imbert. A maneira inicial de se precaver contra o mal seria comprar cativos ‘que o pescoço esteja em justa proporção com a altura do indivíduo, e que não ofereça aqui e ali, mormente sob a queixada tumores glandulosos’, estes associados diretamente a aquisição da tísica. Comprar escravos fortes e saudáveis não significava uma vida útil e extensa. O trabalho forçado sob condições precárias, ocasionava outros problemas que afastavam o cativo de suas tarefas: defeitos físicos e de natureza diversas. Estes facilmente identificados nos inventários post mortem, onde deformidades físicas e doenças estavam associados ao preço dos cativos.⁴⁷

Existiam outras doenças neste cenário de vida e morte que envolviam os escravizados, às quais também poderiam pesar contra a vida dos negros. Ainda citando Iamara Viana vemos que,

O Manual do Agricultor Brasileiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, de 1839 de Taunay é um compêndio da obra do doutor Imbert. Nele, o autor lista as principais doenças que acometiam os negros: Bicho dos pés, Bobas, Cabeça de prego e Entraz, Constirpação, Contusões, Convulsões, Coquelucha, Doença dos olhos, Doenças fingidas, Dysenteria, Erysipelas, Febres

⁴⁷ VIANA, Iamara. *Op. Cit.* p. 86

Intermitentes, Perniciosas, Terçans e Quartans, Impigem, Lombrigas, Mal Venéreo ou Syphillis, Retenção de Ourinas, Sarna e Tétanos.⁴⁸

Mas para o escravizado, o que significava a morte? Neste sentido podemos pensar que para muitos a morte era um momento de libertação da vida dura e injusta que levavam. Sair da pátria ou da terra natal e viver dentro daquelas condições sub-humanas poderia ser algo perturbador. Assim, não é impossível pensar que ao morrer, muitos escravizados libertavam-se das duras e injustas penas (chibatas) aplicadas por seus algozes. Importante lembrar que a concepção de morte para um africano era totalmente diferente de um europeu. Isso quer dizer que, conforme o que nos atesta Cláudia Rodrigues (1995, p. 157 apud. João José Reis 1991, p. 107) e neste sentido concordamos com seu argumento de que,

A morte para os nagôs também representava uma passagem. Ao morrer, o indivíduo passava de uma existência a outra, do Aiyé – plano material, o mundo terreno – de modo que a morte não significava a extinção total ou aniquilamento. Segundo Juana Elbein dos Santos, morrer era ‘uma mudança de estado, de plano de existência e de status. O que pode ser considerado uma ‘boa morte’, nessa concepção, era a possibilidade de que, ao passar para o Orun, o morto recebesse os rituais pertinentes, para que se transformasse em um egun (um outro plano da existência do indivíduo no Além). Por outro lado, a morte prematura do indivíduo que não alcançasse a realização de seu destino seria considerada anormal, resultado de um castigo por infração grave em seu relacionamento com as entidades sobrenaturais, principalmente a não realização de determinadas oferendas.

Como já apontamos anteriormente, a vida de um escravizado era de total e brutal violência em todos os sentidos. Violência no trabalho, violência para se alimentar e também se vestir. E como não poderia deixar de ser, este castigo era aplicada na hora da morte de um escravizado, ou seja, no momento de seu sepultamento, este “infeliz” que não tinha um nome, era subjugado, pois a indignidade do sepultamento era o que predominava, os escravizados mortos, tinham seus corpos nus amontoados uns sobre os outros em cemitérios clandestinos na maioria das vezes. Esta falta de cuidado para com estes sujeitos chamava atenção, pois não só os escravizados sofriam com um sepultamento indigno, mas boa parte da população, refém

⁴⁸ Ibidem. *Op. Cit.* p. 103

dos maus tratos dados aos corpos de muitos, e dentre estes, alguns ainda agonizavam vivos, nos lixos, esperando a hora da morte.

Acima evidenciamos a postura da Igreja em relação aos maus tratos dos senhores aplicados a seus escravizados. Importante destacar também que conforme o pensamento da Igreja, este sujeito que foi retirado de sua terra, à força, passou a ser um cristão desde o momento em que o mesmo recebeu o sacramento do Batismo. Como tal, este indivíduo deveria receber em vida, como também na morte todos os direitos de assistências que qualquer cristão receberia. Assim, ainda falando especificamente sobre a morte do escravizado, antes de morrer, enquanto cristão, este deveria receber, por exemplo, o sacramento da extrema unção. Seguindo a mesma linha de pensamento de Iamara Viana (2009, p. 66 apud. João José Reis 1991, p. 103):

A Extrema-Unção, desta forma, tinha um papel fundamental no momento da passagem e foi citado nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (c.200), tendo o seu ritual e a maneira como deveria ser feita, minuciosamente descritas. Para receber este sacramento o doente deveria avisar ao padre responsável da sua paróquia por meio de familiares ou irmandade.

Por outro lado, recorrendo a outra fonte, Cláudia Rodrigues nos dirá que:

Nos momentos de doenças grave, incurável e fatal, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção, administradas com sentidos específicos, eram procuradas pelo doente, no momento em que sentia que era ‘chegada a sua hora’. À proximidade da morte, a presença do padre era solicitada tendo em vista a necessidade de ele entrar em contato ‘último’ em íntimo com Deus, antes da ‘partida’. É nesse sentido que a figura do padre, interlocutor entre o moribundo e Deus, como mensageiro da palavra e dos sinais (sacramentos) divinos, se fazia presente. Se tentarmos estabelecer uma certa ordenação na administração dos mesmos, seria: penitência (o moribundo confessava e pedia o perdão de seus pecados); eucaristia (entrava em comunhão com o ‘corpo de Cristo ressuscitado, de forma a garantir, também, a sua própria ressurreição) e a extrema-unção (era ungido com o óleo da salvação, de forma a eliminar todos os sinais da presença ‘maligna’).

⁴⁹

O desespero é algo que não temos controle, em certas situações. Olhemos para a vida indigna destes sujeitos e percebamos, se ainda não o fizemos, o triste fim que eles poderiam contemplar para o futuro de cada um. Este futuro sem esperança e cheio de

⁴⁹ RODRIGUES, Cláudia. *Op. Cit.* p. 177

sofrimentos, longe da pátria e de forma indigna. Desta forma não se pode entrar em qualquer tipo de pré-julgamentos da forma como muitos escravizados contemplaram para poderem libertarem-se desta vida importa. Uma via de possibilidade para a libertação seria a antecipação da morte, ou seja, o suicídio. Este caminho sem volta era um dos meios pelos quais os escravizados “optavam” para poder por fim numa situação de sofrimento. Neste sentido, acompanhando o relato de Mary Karasch, (2000, p. 415 apud Samuel Moore 1854, pp. 46-47; Walsh notices, 2: 345-347; Ewbank, Life, pp. 281, 441; e NA, IJ6 204, Polícia, 1845) encontramos o seguinte relato:

Os viajantes registraram a frequência de suicídios entre os escravos. Walsh, por exemplo, afirmou que era um acontecimento diário e que a enseada estava constantemente coalhada de cadáveres de negros, em particular, em Botafogo. Ele mesmo os viu ‘deixados na orla’. Ainda na época de Ewbank, ocorriam continuamente suicídios de escravos e os registros policiais do século XIX indicam o grande número desses suicídios em relação aos poucos casos ocorridos entre gente livre. Porém, o verdadeiro número de suicídios de escravos jamais será conhecido, pois, como observou Ewbank, não recebiam reconhecimento oficial. Com efeito, a tendência era não os registrar, em parte devido ao costume de enterrar os escravos onde haviam se matado. Por exemplo, um escravo do padre João José Moreira enforcou-se numa árvore nas terras de dona Ana de Franca Miranda e o padre o enterrou ali mesmo. Quando ela protestou, uma autoridade policial respondeu que era costume enterrar os negros que se enforcavam na floresta onde tinham morrido. E observou também que esse costume seguia a *lie canônica*, que proibia o sepultamento de suicidas em terreno consagrado.

A autora ainda vai acrescentar que:

Dois outros métodos de suicídio, encontrados especialmente entre os novos africanos, era engolir a língua e a ‘nostalgia’, chamada de banzo. Os negreiros e os negociantes ficavam usualmente alertas para evitar ambas as formas de suicídio. Os africanos que morriam sem qualquer sinal visível de dano físico eram acusados de para de respirar engolindo a língua. De acordo com o dr. Sigaud, o suicídio era comum entre os negros congos e minas, que preferiam se matar por asfixia (engolindo a língua) e o enforcamento. Embora admitisse que havia relatórios de fisiologistas afirmando que ninguém podia parar de respirar dessa forma, ele acreditava firmemente nessa prática, porque a testemunhara três vezes com os negros minas.⁵⁰

Poderíamos nos perguntar o porquê estas pessoas chegavam a este ponto, mas isso já foi dito. O que não podemos deixar de lembrar que tais sujeitos quando

⁵⁰ Ibidem. *Op. Cit.* p. 417

desembarcavam em terras brasileiras já traziam consigo sua religiosidade. Desta forma, e como já analisado, a concepção da morte para muitos era uma via de libertação. Portanto, chegar ao extremo de optar pela morte era, digamos, “a última cartada” que tais pessoas podiam fazer, isso também para manter um pouco de sua dignidade. Curioso percebermos que para a cristandade, o significado da morte era encarado de uma forma, mas para os africanos este tinha um outro simbolismo que se distanciava da compreensão pré-concebida. Exatamente é o que estamos tentando salientar. Assim, apoiamos nossa argumentação no pensamento de Cláudia Rodrigues (1997, p. 163 apud Jean Baptiste Debret 1989, p. 167; Michel Vovelle 1991, pp. 85-100; Sebastião Monteiro da Vide Título XXIX, c. 107 e Título XLVIII, c. 200, pp. 48 e 84):

O clima de alegria e de festa podia ser encarado literalmente como tal, se se levar em consideração aquela imagem de morte como ‘passagem’ para uma outra dimensão da vida, na qual se realizaria o reencontro com os ancestrais. Ente os povos de origem banto, a vida religiosa tinha como base o culto dos antepassados, para quem se acendia o fogo sagrado no altar – Okumo – preparado em uma choça especial. Os angolanos, por exemplo, acreditavam na transformação das almas e sua metamorfose até em animais, provindo daí seus ritos funerários e outros de caráter totêmico; suas práticas religiosas e mágicas também eram ligadas ao culto dos mortos e dos antepassados. Em um fragmento de canção africana, que faz parte do axexe – ritual fúnebre nagô, significando recomeço, renascimento, é representativo da passagem para a nova vida, no Além: ‘Oh! Morte/ Morte o levou consigo/ Ele partiu, levantem-se e dancem/ Nós o saudamos.

Tendo visto até agora acerca da morte dos escravizados e libertos, importante ressaltar tudo o que girava em torno deste momento, que não deixava de ser sagrado. Para tal, gostaríamos de destacar os aspectos que fazem parte deste momento, que como veremos, não era feito de qualquer forma. Assim, um dos aspectos que compõem todo este ambiente é a “mortalha”. Para que o morto pudesse “partir em paz”, era preciso fazer com que sua partida, ou seja, todo o ritual que entendemos enquanto velório e sepultamento, pudesse ser bem feito, bem executado, para que o falecido descansasse em paz e não voltasse para o mundo dos vivos. Na verdade, era preciso delimitar bem a diferença entre mundos dos vivos e mundos dos mortos. Alguns autores vão nos relatar exatamente isso que estamos argumentando, ou seja, a tradição e a importância do uso da mortalha nos sepultamentos. Dentro deste grande universo religioso, existia vários tipos de mortalha: branca, preta, do santo ou santa de devoção (padroeiros das irmandades, da Imaculada Conceição, de militar). Conforme o argumento de Cláudia Rodrigues (1997, p. 196 apud João José Reis 1991, p. 123-124):

Nesse sentido, para cristãos e africanos, tinha grande importância a cor e o tipo da mortalha. Seu uso tinha a função ritual de integrar o morto no outro mundo. Determinadas cores, mal-empregadas, poderiam, na concepção cristã, dificultar o desprendimento da alma, funcionando como uma espécie de barreira à entrada no Além; outras, pelo contrário, poderiam servir de identificação e passaporte. Crianças geralmente eram amortalhadas em tecidos coloridos, talvez, pelo fato de que, por serem declaradas inocentes por parte da Igreja, já eram consideradas em estado de graça e, portanto, o uso do colorido poderia indicar um estado de contentamento pela certeza da salvação – no caso de terem sido batizadas, é claro. No caso das mortalhas de santos, a intenção era obter por sua intercessão, a graça junto de Deus. Juntamente com a proteção, a força do santo invocado poderia servir de salvo-conduto na viagem rumo ao paraíso.

Como percebemos, o cuidado com a preparação para o sepultamento era algo levado muito à sério. Toda esta preparação e execução de todos estes rituais, era a garantia de que o falecido repousaria em paz em sua “nova realidade”, e os vivos poderiam viver em paz tendo a consciência tranquila de que tudo aquilo que deveria ser feito para com a memória do morto, fora realizado, conforme a vontade do sujeito. Por outro lado, João Reis vai contribuir com sua argumentação acerca da questão das mortalhas, que, pelo que podemos perceber, a escolha desta veste era de acordo com a devoção pessoal daquele que estava sendo sepultado:

Entre os anos 1835-6 não se observou qualquer alteração na questão sobre a escolha de qual mortalha sepultar tal defunto, ou seja, se a branca ou as franciscanas para os homens e mulheres. Segundo a tradição, a mortalha branca era mais reservada para as virgens, de outro lado as pretas as que já tinham contraído matrimônio e procriado. Mas porque o uso de mortalhas de santos? A escolha da mortalha dependia do gênero do defunto. Geralmente os homens se vestiam de santos e as mulheres de santas. Assim, usar a mortalha preta e com crucifixo como Santa Rita, era próprio das mulheres. Mas a mortalha franciscana abrangia a todos. A mortalha de Nossa Senhora do Carmo e de São Domingos eram usadas por homens e mulheres, pois era grande número de fiéis que faziam parte desses Ordens Terceiras. As crianças não estão longe desta tradição. As famílias que determinavam que os meninos deveriam vestir a roupa do Santo Anjo, pois segundo a tradição eles iriam virar Anjos logo depois de mortos.⁵¹

Neste sentido, gostaríamos de pôr em evidência a “classe” das crianças, que foram vítimas tanto quanto os adultos. Não podemos dizer que estas sofreram mais que os adultos, mas dentro da fragilidade de cada um, padeceram os sofrimentos da

⁵¹ REIS, João José. *Op. Cit.* pp. 149-150

escravidão, pois estas também acabaram virando estatística conforme as palavras de Manolo Florentino:

Era pequena a porcentagem de escravos com menos de dez anos de idade: 4%. Esta cifra é equivalente àquela encontrada por Klein (1978a: 254-6) ao estudar o tráfico dos pontos de Luanda e Benguela para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. De acordo com este autor, o número de ‘crias de pé’ e o de ‘crias de peito’ chegava a 5% do total dos cativos nos negreiros.⁵²

Assim, verificamos que a mortalidade infantil não foi baixa. As crianças que na hora da morte foram “bem cuidadas”, ou seja, desde a escolha da mortalha, até o seu sepultamento, a administração do ritual fora seguido dentro dos padrões exigidos. Desta forma, com a finalidade de poder dar uma “boa morte” para estes “anjinhos”, concordamos com João José Reis:

Outro São João, o Evangelista também era bem lembrado nos funerais dos meninos. A escolha deste santo é porque exatamente na Semana Santa, antes da morte de Jesus, João Evangelista foi aquele que ficou ao lado da Mãe de Jesus e foi o único dentre os Apóstolos que acompanhou de perto a morte do Mestre. Desta forma, meninos eram sepultados com uma pena na mão e na outra segurando um livro. Em relação aos meninos, a mortalha mais usada era a de cor vermelha ou a cardeal. Possivelmente a escolha desta cor para o sepultamento seria para remontar o massacre feito pelo rei Herodes quando do nascimento de Jesus, matando a espada os inocentes. Meninos e meninas também eram sepultados de mortalhas com estampas e listas coloridas. O que se imagina é que a morte de uma criança não era tão grave como de um adulto. Este tipo de funeral beirava quase a uma festa, pois a mesma não chegara a fazer parte da sociedade civil e porque logo ao morrer se transformaria em anjinho, desde que fosse batizada.⁵³

As constatações em relação às crianças não poderiam ficar por aqui. Ainda nos detemos nestes casos para melhor registrar os argumentos pelos quais estamos tentamos defender. O imaginário da morte como vimos, fazia com que os adultos pudessem preparar bem seus falecidos para que pudessem partir “bem” para a outra vida, como já vimos e também se aprontar para este encontro. Da mesma forma, como também já acompanhamos acima, assim como os escravos eram vítimas de maus tratos, assim as crianças não ficavam distante desta realidade. Conforme nos atesta Mary Karasch:

Os registros de morte de crianças abandonadas, muitas das quais eram escravas e gente de cor, revelam uma espantosa mortalidade para os

⁵² FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* p. 59

⁵³ REIS, João José Reis. *Op. Cit.* p. 60

bebês deixados na roda da Casa dos Expostos. Dentro de um ano após o abandono na roda, entre 41,4% e 78,1% dos bebês morriam. No entanto, ambas as porcentagens foram excepcionais entre 1838 e 1850, pois a porcentagem usual dos que morriam ficava entre 53% e 69,6%. Em outras palavras, mais da metade dos bebês morreram na maioria dos anos entre 1838 e 1850. (...) O historiador Vieira Fazenda chegou a acusar os senhores de escravos de abandonar as crianças cativas na roda para evitar as despesas de criá-los. Outros senhores deixavam crianças maltratadas, morrendo ou mortas na roda para evitar os custos do tratamento de saúde ou do enterro. Em geral, a impressão é de que a maioria dos abandonados na roda era de crianças de cor.⁵⁴

Debruçados sobre a questão da mortalidade infantil, verificamos que em relação aos adultos, as crianças também recebiam, mesmo sem necessidade a encomendação, afinal eram “anjinhos” e como tal não teria necessidade para tal. Mas este procedimento acontecia, pois como nos alerta Iamara Soares (2009, p. 71 apud Júlio César Medeiros dos Santos 2007, p. 49):

Da mesma forma ficou registrado, a preocupação com a alma das crianças. Em alguns casos ela é ‘encomendada’, talvez fosse necessário tal rito, mesmo ela sendo inocente para garantir um lugar no ‘paraíso’. Elas não recebiam o sacramento da ‘Extrema-Unção’ por ordem da Igreja, assim como os excomungados doentes mentais e os que entraram em batalha em alto mar. Nos assentos das crianças escravas como encontrado nos adultos, consta o nome de seu proprietário.

Por fim, explicitando uma das obras que irá trabalhar diretamente com a questão da morte infantil, o autor Luiz Lima Vailati vai salientar aquilo que havíamos acima em relação aos adultos, ou seja, a mortalha. Neste sentido, o autor busca deixar bem claro a diferenciação entre o uso da mortalha dos adultos e das crianças. Desta forma, nos aborda o mesmo:

Inocência, pureza virginal, alegria. A análise das mortalhas e das cores utilizadas nos funerais dos adultos e crianças além de confirmar a existência de uma crença em que a criança era associada aos atributos da pureza e inocência, informa de onde essa qualidade lhe advém, principalmente entre o mundo leigo. Nos rituais fúnebres estudados a associação tradicionalmente feita entre a ‘inocência’ infantil e a ausência do ato sexual fica explicada pelo fato de que as moças virgens também eram enterradas do mesmo modo que as crianças, ainda que isso contraísse expressamente a vontade da Igreja. Como a cor da Igreja, o branco do hábito mortuário infantil se opõe à mortalha do adulto, muitas vezes de cor preta ou roxa, as cores da penitência. A

⁵⁴ KARASCH, Mary. *Op. Cit.* pp. 155-156

criança, já no que essa prática permite ler, dispensa essa atitude, assim como dos outros procedimentos normalmente utilizados para o ajuste satisfatório da balança das almas. Devido ao estado da inocência com que morria, não se tinha necessidade de qualquer caução expiatória, e só deveria haver, pois, lugar para o rejubilamento.⁵⁵

Como acompanhamos até o presente momento, o que buscamos deixar claro foi a importância de, em relação aos escravizados e libertos, sepultar com dignidade seus entes queridos. Muito se fala em relação à morte, seja através de nossa cultura ou como apreciação pessoal, mas para o africano a “passagem para a outra vida” tinha outra relevância, uma importância tal que era um grande encontro com seus antepassados. Mas nem todos os casos são fontes de júbilo, ou seja, a morte que circundava constantemente a vida de escravizados e libertos, “se manifestava” de várias formas: pela violência, por doenças, através de abandonos ou pelo suicídio. Como registramos, esta era uma realidade cruel e presente na vida destas pessoas. Por fim, a morte que não tinha “pena” nem mesmo dos “anjinhos”. As crianças que eram vítimas, assim como os adultos, de abandono e maus tratos, também encontravam na morte uma via de poder se livrar de toda aquela situação ao qual elas não optaram, mas que, como muitas, já nasceram dentro daquele sistema escravocrata.

⁵⁵ VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina**. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 1989.

Capítulo 3 - Os sepultamentos

O lugar por excelência dos mortos, segundo nossa tradição é o cemitério. Para muitos causa desprezo, incômodo e pânico. Na verdade, pensamos que tais atitudes remetem para o medo da morte e a certeza de que um dia aquele será a “morada” de todos. O cemitério é também, para muitas culturas religiosas um local de encontro, de festividades religiosas e de respeito. Afinal, com os mortos não se brinca. Conforme Júlio César *“Os cristãos tinham o costume de sepultar os seus mortos com ritos próprios e em lugares separados, aos quais chamavam coemeterium (palavra latina derivada do grego koimèterium, forjada a partir do termo kaimão, que tem por significado ‘eu faço dormir’).”*⁵⁶

Neste capítulo problematizaremos os sepultamentos, principalmente a partir da visão ou das escolhas dos que faziam parte das irmandades, como também os preparativos para o enterro e os rituais fúnebres que giravam em torno dos últimos momentos da vida dos diferentes indivíduos falecidos. Hoje em dia, pelo menos nas grandes cidades, o cemitério transformou-se em “visita guiada”, ou seja, visita aos túmulos de personalidades, onde as pessoas que não puderam estar perto de seu ídolo

⁵⁶ PEREIRA, Júlio César Medeiros. *Op. Cit.* p. 32

em vida, agora o fazem na morte, ou optam por tais visitas por simples curiosidade. Mas nem sempre foi assim, no século XIX conforme as diretrizes do Arcebispado da Bahia de 1707:

É costume pio, antigo e louvável na Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos dos fieis Christãos defuntos nas Igrejas, e Cemiterios dellas: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir às Missas, e Officios Divinos, e Orações, tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memoria della nas sepulturas.⁵⁷

A situação acima demonstra a relevância da presença dos mortos entre os vivos por meio de enterramentos realizados, também, no interior das Igrejas. Conforme a tradição, o cemitério é o “lugar do repouso”, ou em outras palavras “nossa última morada”. Assim, como analisamos acima, este seria o espaço ao qual todos estariam destinados. Com o passar dos tempos, este locus foi sendo reavaliado e a Igreja passa a ser o lugar de preferência para os sepultamentos. Esta enquanto local sagrado, trazia consigo a religiosidade e era o meio de ligação entre o sagrado e o humano, como também, ao ser o lugar de sepultura, o “a morada eterna” dos falecidos. Conforme o pensamento de Philippe Àries:

Depois da longa Idade Média, os concílios da Contra-Reforma tentaram, por sua vez, reagir contra o uso inveterado de retornar ao espirito e à regra do direito antigo: lembram o princípio: *in ecclesiis vero nulli deinceps sepeliantur* (que ninguém seja doravante enterrado nas igrejas). Denunciam a que ponto se torna escandaloso que as derrogações a esse princípio sejam privilégio de nascimento, do poder e da riqueza, em vez de serem reservados à piedade e ao mérito: ‘Que essa honra não seja dada por dinheiro em vez de o ser pelo Espírito Santo’. Os bispos admitiam, entretanto, que a inumação na Igreja fosse uma honra, não deviam portanto se espantar, naqueles tempos em que os homens tinham tanta ambição de renome como de riqueza, se a procuravam com tanta insistência.⁵⁸

Como estamos percebendo, a Igreja “assume” esta “responsabilidade” de ser para seus fiéis o lugar do “descanso eterno”. Mesmo porque, várias etapas da vida cristã se davam dentro da Igreja a começar pelo Batismo. Durante a própria caminhada do sujeito era remetido este acompanhamento religioso por meio dos sacramentos: o Batismo, Crisma, Primeira Comunhão, Eucaristia, Matrimônio e Unção dos Enfermos. Assim seria, justo tendo em vista que determinada pessoa que viveu praticamente

⁵⁷ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Op. Cit.* p. 295

⁵⁸ ARIÈS, Philippe. *Op. cit.* Pág. 51-52

“dentro” da igreja, seja então, após ter recebido todos os rituais de encomendação, enterrado na igreja do qual fez parte durante sua existência e “descanse em paz”. Luiz Lima Vailati argumenta, neste sentido:

Costume bastante disseminado na cristandade ocidental desde a Idade Média, essa prática cumpriu no Brasil durante o período enfocado duas funções distintas que, apesar de viverem muito tempo juntas durante a vigência deste comportamento, tem origem em momentos diferentes da história dos dogmas cristãos e mais particularmente das concepções que estes vinculam do além-túmulo. Pode-se dizer, em linhas gerais, que nos seus primeiros tempos de existência esse costume possuía um papel de natureza numinosa ao qual, com o tempo, foi somado um outro significado, este por sua vez relacionado principalmente às potencialidades pedagógicas e mnemônicas dessa prática. A igreja, lugar de enterro de bem poucos privilegiados, reis, bispos e abades, a partir do século XIII começa paulatinamente a se estender este antigo apanágio às demais categorias de cristãos. Isso se deveu ao fato de esses espaços, além serem sacramentados e servirem de morada final dos cristãos de grande distinção, adquirem, na crença popular (‘em sagrado’, como se dizia então) o poder de salvar aqueles que ali fossem enterrados, uma vez que eles estariam sob a proteção do santo que dava nome ao santuário.⁵⁹

Interessante percebermos que “o mundo dos vivos” está sempre em contato com o “mundo dos mortos”. Desta forma, tanto a igreja, que era lugar de encontro para as orações e celebrações como o cemitério, dividiam este espaço de encontro entre as pessoas. Isso quando os sepultamentos, como já vimos, não eram realizados dentro das igrejas. Assim, a “barreira” de divisão entre os dois mundos não existia, pois vivos e mortos “dividiam” o mesmo ambiente: os vivos rezando pelos mortos e estes “intercedendo” por seus familiares vivos. Este trânsito entre os dois mundos por parte dos vivos fica bem claro nas palavras de Jean-Claude Schmitt:

Entre a igreja e a aldeia, o cemitério é, portanto, um lugar intermediário e desempenha um papel mediador: os vivos o atravessam continuamente quando vão à igreja ou retornam dela, mas também quando se dirigem de um lado ao outro da aldeia ou, na cidade, de um bairro a outro. (...). Ante os ritos da igreja, os jovens dançarinos, pisoteando em cadência o solo dos mortos, entram em comunicação com seus parentes defuntos e seus ancestrais.⁶⁰

João Reis foi muito feliz em denominar sua obra “A morte é uma festa”. Desta forma, o autor vai identificar o momento ou os preparativos para que o defunto fosse sepultado. Todas estas circunstâncias se davam na maior “pompa” possível, ou seja, era

⁵⁹ VAILATI, Luiz Lima. Op. Cit. Pág. 177-178

⁶⁰ SCHMITT, Jean-Claude. Os vivos e os mortos na sociedade medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

preciso dar um tom de solenidade aquela circunstância da despedida do morto. Assim Reis nos relata:

Os funerais pomposos alcançaram seu papel de destaque cada vez mais nos testamentos de variados tipos de pessoas. Interessante perceber que a presença de pobres em enterros engrandecia os funerais dos ricos. Mas por outro lado esta presença já lhe garantia a oportunidade de fazer caridade. A esmola dada a cada pobre era distribuída após a Missa. Outros pediam padres, pobres e ricos em seus funerais. O acompanhamento músico também era importante, e acompanhavam o cortejo fúnebre em completo silêncio. Mas o som que se destacava era o repicar dos sinos. Assim, três sinais breves do toque do sino era para o defunto homem, dois para mulher e para crianças entre sete e quatorze anos que seriam tocados em três ocasiões: logo após a morte, na saída do cortejo fúnebre e na cerimônia do sepultamento. Muitas famílias queriam fazer com que até os toques dos sinos fosse da maior pompa. Então tudo contava, ou seja, a presença de vários padres, o lugar do sepultamento e o toque do sino.⁶¹

Mas para que o defunto pudesse descansar e fazer sua passagem, era preciso preparar tudo com muita honra e dignidade, ou seja, não era de se desejar que o morto voltasse para atormentar seus parentes por não terem feito um sepultamento da forma como o mesmo não o havia desejado. Com este tipo de pensamento e termos, não era de se estranhar o cerimonial que as famílias faziam para poder enterrar seus defuntos, mas não nos cabe aqui qualquer tipo de julgamento. Acima, através da obra de José Reis, mencionamos a questão dos preparativos para o traslado e conseqüentemente o sepultamento. Vejamos ainda através do mesmo autor outros relatos da preparação para a despedida do falecido:

Desta forma, africanos e portugueses tinham um cuidado muito grande neste campo ritual, ou seja, em relação ao cuidado com os mortos. Assim, realizavam um verdadeiro asseio corporal: banhava o morto, cortava cabelo, as unhas e aparando as barbas, vestindo-os com as melhores roupas ou com mortalhas. Nestas duas nações aconteciam ainda cerimônias de despedida, vigílias onde se comia e bebia, muitas vezes na presença de sacerdotes, familiares e membros da comunidade. Este tipo de ritual era o que os vivos poderiam fazer pelos seus mortos, e quanto maior o número de pessoas, melhor, sem esquecer da alegria. Estas atitudes visavam qualquer tipo de vingança por parte do morto após sua passagem para o mundo dos mortos. Enfim, esta era a forma como africanos e portugueses encontraram de protegeram-se e proteger seus mortos de um infeliz destino.⁶²

Importante neste ponto, podermos fazer um paralelo entre os sepultamentos de realidades distantes ou diferentes, ou seja, como eram feitos, segundo Mary Karasch o

⁶¹ REIS, João José. *OP. Cit.* Pág. 86

⁶² REIS, João José. *OP. Cit.* p. 112

sepultamento de um soberano e por outro lado, segundo Mariza Soares, o de um negro que fazia parte de uma irmandade. Conforme o pensamento de Mary Karasch:

Segundo Debret, os funerais mais requintados eram reservados para os soberanos e seus filhos que morriam no Rio, pois reuniam todos os membros da nação, bem como embaixadores de outras nações. Em outras palavras, o funeral de um soberano era semelhante a um funeral de Estado a que comparecessem as elites políticas de vários países. Quando morria, o soberano ou seu filho era estendido em sua esteira, com o rosto descoberto e a boca fechada com um lenço. Era costume também colocar uma moeda na boca do homem morto. Se ele não tivesse peças de suas vestes africanas, o melhor artista dentre seus vassallos compensava a falta de trajes reais desenhando seu corpo inteiro em um muro próximo e vestindo-o com “seu grande uniforme embelezado com todas as cores. O povo que vinha vê-lo jogava água benta em seu “corpo venerado”.⁶³

Nesta mesma linha de pensamento, Mariza Soares vai salientar que:

O abandono dos cadáveres não é praticado apenas pelos senhores mas também pelas próprias irmandades, quando não dispõem de recursos para enterrar seus mortos. A admissão dessa difícil situação é relatada em petições da Bahia e na documentação da Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia. É importante lembrar que a descrição das dificuldades por que passam os que se dirigem ao rei para suplicar algum privilégio faz parte da retórica das petições. Próprios a esse gênero de correspondência, os fatos narrados parecem não estar longe da difícil realidade da grande maioria dos escravos e forros as cidades diante da morte.⁶⁴

Já analisamos a importância das irmandades na vida, como também na morte de escravizados e libertos. Estas agremiações levavam a sério a questão do sepultamento dos irmãos de confraria. Neste sentido, Karla Leandro Raske, citando João Reis vai dizer que (2016, p. 255 apud João José Reis, 1991, p. 142):

Nos dizeres de João José Reis (1991) a “boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo”, que a alma deste estivesse pronta para “partida”, com todos os direitos ao cortejo fúnebre que lhe coubesse e que seus irmãos e irmãs pudessem proporcionar. Participar de uma Irmandade também significava socorro na hora da morte, seja de seus parentes ou de si próprio, desde que arcassem com os devidos gastos. Apenas para os filiados e filiadas muito pobres e incapazes de arcar com o funeral, abriam-se assim exceções. O medo de ter o corpo insepulto ou ser sepultado sem honra, fez com que pretos e pretas quisessem um funeral cristão. Desta forma, não apenas o morto recebia uma morte digna, mas

⁶³ KARASCH, Mary C. *Op. Cit.* p. 337

⁶⁴ SOARES, Mariza. *Op. Cit.* p. 144

também a Irmandade mostrava sua pompa e os cuidados com seus mortos.⁶⁵

Desta forma, na irmandade era preciso ter certo cerimonial antes do enterramento, após uma vida de participação dentro da irmandade, o defunto abria mão daquilo que possuía para que os seus bens fossem para a confraria. Esta, pode-se dizer, era uma forma de garantir seu enterramento. Vimos acima com João Reis a pompa com a qual se realizava um cortejo antes do sepultamento. Mas dentro das irmandades não era diferente, pois esta questão era bem observada, ou seja, o desejo daquele irmão que partia para o além seria obedecido à risca. Assim, conforme as palavras de Mariza Soares:

Os testamentos mostram que os pretos forros e as pretas forras, com algum patrimônio deixam sempre uma parte de seus bens para a irmandade a que pertencem, possibilidade essa que, em vida, deve lhes garantir alguma influência. Nas irmandades, as esmolas são indispensáveis à sobrevivência do culto e das próprias relações de poder aí envolvidas. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é uma das beneficiárias do testamento da preta forra Maria do Rosário, que pode ser sepultada no cemitério dessa Igreja, no hábito de São Francisco. Destaca: “Peço aos irmãos de minha irmandade de Nossa Senhora do Rosário acompanharem meu corpo na tumba como é costume.”⁶⁶

Em relação a este cerimonial encontramos alguns detalhes que são importantes e enriquecedores para o desenvolvimento de nosso argumento. Neste sentido, importante lembrar que esta cerimônia não acontecia a qualquer hora do dia. Tudo era muito bem organizado e estipulado, desde a saída do cortejo fúnebre até o local onde o corpo do defunto estaria, até o momento de seu sepultamento. Tudo segue uma ordem bem distinta e clara, afinal era um irmão de confraria que estava sendo sepultado e aquele momento era adequado para todos realizarem suas homenagens e despedidas. Verificando o que nos atesta Célia Borges (2005, p. 166 apud AN/TN. Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, livro 296, cap. 24, “Irmandade de Rosário da freguesia N^a. Sr.^a do Pilar de Vila Rica, fls. 49v^o - 59v^o; AEAM. Livro n^o 15, cap. 4, “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itaverana, fl 9; Livro H – 30, cap. 18, “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Congonhas do Campo, 1807”) vemos que:

⁶⁵ RASCHE, Karla Leandro. Irmandades Negras. Memórias da diáspora no sul do Brasil. Curitiba: Appris editora, 2016.

⁶⁶ SOARES, Mariza. *Op. Cit.* p. 153

Os cortejos fúnebres, geralmente, aconteciam à noite quando os irmãos estavam liberados de seus afazeres. Vestidos com suas opas brancas tomavam lugares definidos no ritual e iam buscar o morto para ser velado. À cabeça do cortejo caminhava o capelão, seguido pelo sacristão com a cruz, e quatro irmãos carregando a tumba, e, a seguir, o juiz com sua vara na mão direita. Ao chegarem à porta do irmão defunto, o capelão entrava a fim de proceder às encomendações. A seguir, o juiz depositava o corpo na tumba, e, então saía o cortejo em direção à igreja, acompanhado pelos irmãos com velas acesas e tochas. Conforme o cargo ocupado pelos irmãos na hierarquia da irmandade, era-lhe garantido um determinado lugar de sepultamento na igreja.

Corroborando com que Célia Borges apresenta acerca do ritual respeitado nos sepultamentos, vemos que outros autores irão dar sua posição sobre a mesma situação. Como podemos perceber, a questão da preparação para a realização do enterramento era algo que, como já alertamos, deveria ser levado a sério pelas famílias enlutadas, mas também pelos irmãos e irmãs de irmandade, seja por qual motivo os levasse a empenharem-se tanto neste ponto. Enfim, o funeral, ou antes, a preparação do morto, seu cortejo e seu sepultamento seguia uma ordem bem cadenciada e respeitada por aqueles que faziam parte daquele cenário, independentemente se eram ou não da família. Assim, um funeral transformava a realidade das pessoas fazendo com que as mesmas pudessem prestar as devidas homenagens àquele/a de quem estavam se despedindo. Mariza Soares (2000, p. 145 apud Jean Baptiste Debret, 1940) vai dizer que...

Os enterros saem no final do dia. Desde cedo as pessoas se reúnem em torno da casa do morto, os pretos trazem seus instrumentos e entoam cantigas. Os sepultamentos de homens e mulheres são identificados pelo toque dos sinos: uma badalada do sino maior para os homens e duas para as mulheres, para quem se toca também o sino menor. Debret descreve o “enterro de uma negra” Moçambique na igreja da Lampadosa e reproduz em português uma frase repetida durante o velório: “nós estamos velando o nosso parente, não enxerguemos mais...”. Ainda segundo a descrição de Debret, o enterro é acompanhado primordialmente por mulheres, que também encarregam-se da arrecadação de recursos para o pagamento do funeral. Embora Debret não perceba que por trás daquelas mulheres existe uma organização étnica e confessional, o uso da palavra “parente” atesta esse fato.

Não muito distante daquilo que estamos tratando, o Arcebispado da Bahia vai dar algumas instruções acerca dos cortejos e como deveriam ser feitos. Desta forma, percebemos que a preocupação da igreja da época era de fazer com que o ritual pudesse ser realizado de forma breve e respeitosa. Estas características já salientamos acima, apesar de em alguns momentos, conforme nos relatou João Reis, as procissões funerais

transformarem-se em grandes episódios de pura ostentação e pompa. Acompanhem as palavras do Arcebispado da Bahia:

Para que os enterros dos defuntos se fação com aquella decenia, e ordem, que convêm, e se evitem os inconvenientes, que muitas vezes acontecem, mandamos (1) aos testamenteiros, ou pessoas, a cujo cargo estiverem, que dem recado aos Clerigos, Religiosos, e Confrarias, que houverem de acompanhar, dando hora certa, e determinada, para que todos se ajuntem no mesmo tempo, e não esperem uns pelos outros. No acompanhamento irão todos em procissão (2) para a Igreja, onde houver de ser enterrado o defunto, com compostura, e gravidade (3) pelo caminho ordenado pelo Parocho, que será para isto o mais breve, e accommodado que houver: e a Cruz da Freguesia do defunto precederá às outras, excepto à de nossa Sé, porque esta precederá (4) sempre todas as outras de nosso Arcebispado, ainda não estando o nosso Cabido presente.⁶⁷

Detendo-nos ainda sobre sepultamento, é importante falar também neste tópico, tendo em vista que queremos destacar a questão do enterramento, o funeral e o sepultamento das crianças, apesar de já termos feito menção. Mas aqui estamos analisando acerca dos cortejos e precisamente queremos destacar a presença de um funeral infantil. Desta forma, dentre todos os aspectos que estamos analisando, pouco falamos sobre o enterramento de uma ou mais crianças. Assim, vejamos o que nos relata Luiz Lima Vailati sobre este ponto, considerando relevante sublinhar os poucos relatos sobre a utilização de caixões, e nesse sentido, destacamos a pesquisa de Vailati:

Mas, um momento dos funerais infantis dos quais relatam bem mais testemunhos é o cortejo fúnebre. É a ocasião em que o corpo deixa o local onde era visitado (geralmente a residência) e se dirige à Igreja, onde seria, até a metade do século XIX, enterrado. De todas as etapas que compunham o cerimonial fúnebre infantil, essa foi o que deu origem à maior parte dos registros que os viajantes estrangeiros fizeram deste assunto, não era para menos. Era a procissão fúnebre o ponto alto da participação coletiva que compunha os rituais da morte tradicionais, ocasião em que o caráter público dos funerais se manifestava com maior intensidade – a cidade que a caracterizava, não deixou de potencializar em alto grau esta característica. Por esse motivo, esse conjunto que é constituído pela procissão e o transporte do cadáver revela forte tendência que a morte da criança tinha, ora de inversão destas mesmas – no sentido de deslocar a gravidade comum aos funerais dos adultos para um outro tipo de postura.⁶⁸

Percebemos aqui na fala do autor duas situações bem distintas: o caráter público dos cortejos seguidos de sepultamento, e, este mesmo cortejo tendo como “personagem principal” uma criança. A imagem do caráter público de um ou mais enterramentos já

⁶⁷ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Op. Cit.* pp. 289-290

⁶⁸ VAILATI, Luiz Lima. *Op. Cit.* pp. 158-159

estamos analisando e percebemos como algo que tem seu aspecto triste, afinal o ambiente é todo voltado para a morte, para a separação de um ente querido. Por outro lado, este aspecto torna-se algo que chama a atenção de todos os que estão à volta de uma forma tal que são compelidos a juntarem-se a este mesmo cortejo. Em seguida, e como já assinalamos, tal procissão não era de um adulto e sim de uma criança. Assim, pelo que percebemos, a morte e todo o ritual que lhe era próprio, tinha este “poder” de mudar o rumo do cotidiano da vida das pessoas estando o mesmo associado ao funeral de uma criança.

Até o presente momento estamos acompanhando, em sua grande parte, os sepultamentos quando o defunto era de um adulto. Acima, assinalamos a realização de um sepultamento infantil. Uma questão que nos chama a atenção: teria uma diferença entre o sepultamento de um adulto para o de uma criança? Anteriormente já mencionamos que o cortejo de um defunto adulto era realizado dentro de um grande ritual e, conforme João Reis, “celebrado” dentro de uma grande pompa, a ponto do mesmo dizer “a morte é uma festa”. E como seria o entorno, ou seja, a despedida, o velório, tendo em vista que o cortejo já acompanhamos antes? Para uma melhor elucidação deste ponto continuemos a acompanhar o que nos relata Luiz Lima Vailati (2010, p. 166 apud M. J. Arago 1839, p. 102 e 103):

Chamou a atenção a Arago um outro costume, deveras destoante dos funerais de adulto que, como tantos outros também fizeram interpretou como uma manifestação de felicidade pelo ocorrido. (...). Esse aspecto, em todo caso, nos faz voltar à hipótese de uma concepção de morte infantil que se expressava não pela gravidade dos gestos, mas por uma proximidade com que é cotidiano e familiar. Por tudo aquilo que até agora foi dito, é essa concepção, mais do que um certo desprezo à criança, que parece ter sido determinante na forma como esse cerimonial se caracterizou. Voltamos aqui ao caráter de inversão com que os cerimoniais fúnebres de criança se afiguram quando tomamos por referência os comportamentos que são comuns à morte adulta.

Assim, notamos que havia sim uma distância ou diferença entre os enterramentos de adultos e crianças. Em relação às crianças, como vimos, havia certo desapego, desprezo por tal sepultamento. Assim, o que se pode pensar é que a criança trazia consigo a designação “anjinho”. Sendo então um anjinho, provavelmente não sofreria as tormentas que a vida poderia lhe reservar na fase adulta. Por outro lado, este desapego poderia ser porque o anjinho era de uma pureza tal que não teria sido contaminado com os pecados da vida adulta. Mas esta distância também se dava entre

os sepultamentos de crianças. Conforme nos atesta Luiz Lima Vailati(2010, p. 169 apud Jean Baptiste Debret 1989, p. 174:

Graças a alguns viajantes, sabemos algo a respeito dos enterros de crianças negras, no que se refere à procissão fúnebre. O que fica evidente, é que, também entre os escravos, era bastante apreciado o costume de exhibir a criança morta, ainda que isso fosse feito de forma ligeiramente diferente. Como tivemos oportunidade de saber, a propósito de tratar dos caixões utilizados nos funerais infantis, Debret faz alusão a dois tipos de cortejo de “anjinho” entre os escravos. Num deles, mais luxuoso, a criança era levada a sua última morada numa cadeirinha forrada de damasco. No outro, em que esta era levada numa bandeja equilibrada sob a cabeça de um escravo, é exatamente igual ao que havia assistido Daniel Kidder, fazendo parte de um daqueles cerimoniais africanos restritos à propriedade do Imperador no Engenho Velho.

Em se tratando de criança, não podemos deixar de lembrar que estamos focando nossa pesquisa na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Alguns Registros de Óbitos de crianças devem ser analisados com a finalidade de demonstrar nossa hipótese, ou seja, a importância do escravizado e liberto fazer parte de uma irmandade. Desta forma, segue alguns Registros de crianças da dita irmandade:

Eu abaixo assignado (Cavalhr^o da Ordem de Christo ?) (não legível) jubilado (não legível) Medicina Cirurgica (não legível). Atesto que faleceo Thomas inocente crioulo de idade de quatro anos filho legitimo de Thomas de Nação Mina forro. Morador na rua (não legível) Pedro N^o 132 de hum tétano azinthomatico afficção (...) duas horas da manhã. Pode se dar a sepultura hoje (não legível) a qual quer hora. Rio de Janeiro 11 de Junho de 1842, Constancio José Reis Inspetor. Antônio (sobrenome não legível). Sepulte-se 11 de Junho de 1842. Pode ser encomendado o inocente supra, que se vai sepultar na Igreja de St^a. Efigenia Rio de Janeiro 11 de Junho de 1842. Pe. Manoel da (sobrenome não legível). Coadj.or da Lei

Tendo falecido, o menor de nome Jeronimo, idade de sete annos, filho de Antonio Andre Gaspar, morador neste (frase não legível) da Villa n^o 12 hoje, de huma pernicioso, como consta da Certidão, passada pelo Dr. Antonio Angello Pedrozo, que fica esse em meu poder, pode o referido falecido ser sepultado. Rio de Janeiro 1^o de Novembro de 1842. Manoel Monteiro (sobrenome não legível). Inspector do Quart.^{ao} 2^a da Freg.s^a do S.S (santíssimo Sacramento). Podes ser encomendado o inocente supra que se vai sepultar na Igreja de St^a Efigenia. Rio 1^o de Novembro de 1842. Segue assinatura: Pe. Lopes Coadt.or da Sé.

Sepultar o cadáver do inocente (nome não legível), idade 5 meses, filho de liberto Alexandre Rosa Tabira, morador na Rua do Sr. dos Passos N^o 123, o qual falecêo hontem, de Coqueluche, como certifica o Sr. Dr. Frederico (Dollinger?) Rio de Janr^o. 30 de Novembro de 1848. Franco. d'Assis Albuquerque Inspector do 25^o Gda. Freguesia do Santíssimo Sacramento. Pode-se encomendar o fallecido supra. Rio de Janeiro (não legível). (P ?) Manuel Jorge (não legível). Coadjutor

(não legível). Encomendei a inocente supra. Rio 30 de Novembro. Segue assinatura não legível. Ao lado da assinatura existe uma palavra (Gratis ?)

Sepulte-se o cadaver do inocente M. el (Manoel) de 7 dias de id.e (idade), filho da preta forra Josefa, o ql (qual) faleceo de tetano dos recém nascidos, segundo affirma o Facultativo e se vai sepultar na Igreja de Santa Efigenia. Inspecção do 44º (não legível) da Freg.^a (Freguesia) de S. Anna 22 de Agosto de 1848. O Inspector Antonio Joqm. (Joaquim) Xavier de Mello. Vai encomendar inocente supra q se vai sepultar-se na Capela de St.^a. Efigenia. Inspt. (Inspetor ?) de St.^a. Anna 22 de Agto. De 1848. Fernando Pinto de Alm.da (Almeida) Coadjutor Freg.^a St.^a Anna.

Pode ser sepultado hoje na Igreja de Sta. Ephigenia o cadáver da innocente Januaria de idade quatro mezes, escrava da Sra. Simphloria Maria da Silva moradora da Rua da Juda N° 41 no qual morreu de uma gastro enterite aguda sendo tratada pelo Dr. João Paula da Silva Tavares. Rio de Janeiro 15 de 8bo. 1848. Luiz Affonso (não legível) Inspetor do 13º (não legível). Pode ser encomendada a in.ce (inocente) supra na Matriz de S. Jose 15 de 8bro. De 1848. O Coadj.or (Coadjutor) Alm.da (Almeida). Encomendei a innocente supra. Rio 15 de Outubro de 1848. Coadjutor da Freguesia do S. Sacramento. Assinaturas abaixo não legíveis.

Certifico que o crioulo Marcellino, escravo das (...)* de D. Jacintha Benedicta d' (...)* falleceo hontem à meia noite de huma inflamação intestinal. Rio de Janeiro aos 14 de Fevereiro de 1843. Sepulte Rio 14 d'Fevrº 1843. Antonio Gomes da S.^a. Guerra (...)*. (assinatura). Inspector. Pode ser encomendado innocente supra que se vai sepultar na Matriz de S. Rita 14 de Fevº de 1843. O Vigº Pe. Francº da (...)* Capella de S. Efigenia Já vai ser encomendado Podese encomendar Pe. Souza. Coadjº® da Sé.

Parte superior do Documento: Francº.(Francisco) Caetano da Silva, Inspector do 2º/º Quarteirão e interino do 24º da Freguesia do Sacram.tº (Sacramento). Declaro que pode ser sepultado na Igreja de Santa Efigenia o corpo da innocente, Selistina, crioula, com cinco meses de id^ae. (idade) e escrava de Virgínia Maria da Conceição, moradora à Rua do Sabão nº 338, q (que) segundo o attestado do cirurgião Marciano Correa da Silva, falleceo hoje pelas horas da manhã de huma hipatites aguda. Rio de Janrº. 16 de Outubro de 1849. Francº. (Francisco) Caetano da Silva. Pode encomendar se falecida supra. Freg.^a. do SS. S. (Freguesia do Santíssimo Sacramento). 16 de Outubro 1849. (frase não legível). Encomendei a innocente na forma da licença ut supra (data como acima). Rio de Janrº. 15 Otrº de 1849 Manoel (rubrica) Carneiro.

Este ritual também trouxe consigo alguns problemas e perigos. Com o passar dos anos, a preocupação com a exposição dos corpos tornou-se cada vez mais presente. As autoridades começaram a vigiar os cortejos que traziam os caixões abertos, como nos atesta Karla Rascke. Mas diante de tal questão, o que se poderia fazer? Acompanhemos o que nos argumenta a autora (2016, p. 250 apud Código de Posturas de Desterro de

1845. Capítulo Segundo, Artigo 9, p. 211. Lei n.º 222 de 10 de maio de 1845. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa/SC.):

Desde o Código de Posturas de 1845, as preocupações com os cortejos fúnebres e os caixões para condução dos mortos, estavam sob a mira das autoridades. O alvo principal eram as Irmandades e suas práticas – as Irmandades católicas utilizavam esquifes nos cortejos. Os esquifes eram abertos significando verta exposição do corpo e, aos olhos preocupados das autoridades com as epidemias, deveriam ser extintos, utilizando-se então, apenas caixões fechados.

Nenhum corpo de qualquer tamanho, e cor que seja será conduzido a sepultura sem ser em caixão fechado, quando qualquer Facultativo tiver declarado que a enfermidade do falecido fora contagiosa, a Administração da Caridade terá um, ou mais caixões, que servirão de conduzir os cadáveres (...). Ficam extintos os Esquifes das Irmandades, e substituídos por caixões fechados (...).

A preocupação das autoridades acima é bem justificável, pois a mesma não queria que se alastrasse qualquer tipo de doença para a população. Como podemos perceber, o mundo dos vivos cada vez mais se distancia dos mundos de seus mortos. Vimos anteriormente a proximidade entre estas duas realidades, mas com o passar dos anos e temendo algum tipo de contágio, qualquer manifestação de alguma doença, as autoridades eram obrigadas a intervir no ritual de sepultamento.

3.1 Os Documentos Oficiais: registros de Óbitos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia

Nos Registros de Óbitos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia nossas fontes principais de análise, encontramos a presença da mortalha e do enterramento em caixão. Nestes Documentos é possível acessarmos informações preciosas acerca da vida e morte de seus membros, como por exemplo, idade, nome, data de óbito, causa mortis, nome do pai ou da mãe, condição jurídica (escravizado ou liberto) origem, (africano ou crioulo), cor, nome do proprietário se escravizado, local do sepultamento, nome do médico que atestou o fenecimento, sacramentos recebidos, modo do enterramento, (se amortalhado ou sepultado em caixão, dentre outras. Desta forma, assim está descrito o conteúdo de um dos Registros:

Freguesia de Sant'anna. Pode sepultar-se o preto Mina forro (nome não legível) Alexandre o qual faleceu de tuberculose. Rio de Janeiro 23 de março de 1845. Jacinto Joaquim (Inspetor do 1º Quarteirão). Pode ser encomendado o falecido supra que vai sepultar na Capela de

Santa Effigênia. Freguesia de St^a Anna 24 de março de 1845. Veio amortalhado em habito preto. Conduzido caixão (não legível). Jas na Catacumba n^o 29 encomendada. Frenando Pinto de Almeida. Assinatura: Pe. (?) Teixeira (Coadjutor da Sé)

Outro Registro de Óbito da mesma Irmandade apresenta as seguintes informações sobre o falecido:

5^o Quarteirão da Freg.^a de S. Rita. Attesto que faleceu o preto Antônio de nação Mina escravo de Gaspar José Monteiro o qual pode-se dar a sepultura. Rio de Janeiro 17 de Fevereiro de 1845. José Francisco de Araújo. Pode ser encomendado o cadáver (não legível). Pode ser encomendado (não legível) (frase não legível) que vai (não legível) sepultar na Igreja de Santa Efigênia. (não legível) da Santa (Rita) ? 17 de Fevereiro de 1845. Veio amortalhado. Com habito (não legível). Aluguel (digo) ? o caixão (aluguel ?) a Jas na catacumba n^o (não legível). Assinatura não legível.

Estes dois Registros de Óbitos da Irmandade acima citados corroboram com nossa argumentação sobre o escravizado ou o liberto que fazia parte de uma irmandade, neste caso a Irmandade de Santo Elesbão e de Santa Efigênia, serem sepultados com a dignidade de um irmão de confraria acompanhando o modelo Católico.

Em relação ao sepultamento dos negros, também é preciso lembrar que ao mesmo tempo em que estes tiveram amparo na hora da morte, outros não contaram com a mesma. Mas ainda nos detendo nos indivíduos escravizados e libertos, pretendemos buscar mais elementos para que possamos melhor entender a questão do enterramento dos mesmos. Assim, acompanhamos o argumento de Cláudia Rodrigues (1997, p. 231 apud Anderson José Machado de Oliveira 1995, Texto apresentado no XVIII Simpósio da ANPUH, em Recife; Sheila Siqueira de Castro Faria 1994, pp. 511-512) e sua contribuição acerca do nosso estudo:

Quanto aos escravos o maior número de sepultamentos nos terrenos em volta da matriz se deu, provavelmente, em decorrência de serem as suas covas mais baratas do que, por exemplo, as das igrejas das irmandades, principalmente para quem não fosse irmão. Além do que, os forros seriam, mais que os cativos, os que formavam o maior contingente de afiliados às irmandades de negros – como exemplo, tem-se que, dentre os 819 irmãos registrados no Livro de Entrada da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, entre as décadas de 1840 e 1880, apenas 11,8% foram declarados como escravos. Na Freguesia de São Salvador de Campos dos Goitacazes, no século XVIII, Sheila de Castro Faria também encontrou, em sua análise de registros de óbitos, os escravos sendo em sua maioria (83,4%), sepultados na igreja matriz, enquanto apenas 16,6% foram destinados às covas das irmandades. Segundo a historiadora, em relação aos

livres, os escravos da freguesia, por questões financeiras, tinham menos opções de escolha de irmandades para se afiliarem.⁶⁹

A sepultura dada aos escravizados, como já vimos, era algo realizado pela respectiva irmandade que o mesmo fazia parte, isso porque “fora feito cristão” por imposição e não por opção. Desta forma, deveria estar garantido para o mesmo pudesse ter seu descanso garantido. Mas o que buscamos entender é sobre a presença da Igreja católica na vida como também na morte desses sujeitos. Importante perceber que uma coisa é a regra ou a norma dita pela mesma instituição escrita em papel em forma de documento, outra era a execução de tal coisa, ou seja, até que ponto era de fato respeitado as ordens que a Igreja impunha para seus fiéis. Neste sentido, Mariza Soares vai fazer o seguinte apontamento:

Considerando ainda que à maioria dos escravos seria dado sepultamento clandestino e, quando muito, enterro sem pompa, pode-se afirmar que os sepultamentos feitos de acordo com as normas eclesiásticas devem corresponder, grosso modo, ao universo dos escravos filiados a irmandades que conseguem cumprir todas as exigências do sepultamento cristão, o que, mesmo nas irmandades, nem sempre é fácil. As exigências são: sempre que possível, administrar os sacramentos ao moribundo e, após o falecimento, realizar a encomendação do corpo, a preparação em mortalha adequada, o transporte e o sepultamento com a presença do religioso, missa e velas. Paga-se o padre, a mortalha, o aluguel do esquife, a sepultura a missa e também as velas. O transporte em rede, usual na cidade, barateia os custos porque reduz a despesa com o aluguel do esquife de madeira.⁷⁰

Analisando uma pouco mais de perto os óbitos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, apresentaremos nossas principais reflexões. Para o recorte temporal utilizado neste trabalho, a década de 1840, foram analisados trinta e sete registros de óbito. Destes, temos o quantitativo de vinte e cinco homens, oito mulheres e dez crianças.

Total de Óbitos analisados: 37

Homens: 25

Mulheres: 08

⁶⁹ RODRIGUES, Cláudia. *Op. Cit.* p. 231

⁷⁰ SOARES, Mariza. *Op. Cit.* p. 153

Crianças: 10

Nomes não identificados nos Registros: 06

Condição civil: (03) solteiros

Condição civil não informada: (34)

Nações: (01) africano; (02) Calabar; (09) Mina; (01) Cabinda; (01) Crioula; (01) Ambaca e (22) não identificados.

Cor: (15) pretos (entre homens e mulheres); (05) crioulos; (16) não identificados.

Datas dos Registros: (02) 1840; (09) 1842; (10) 1843; (03) 1844; (02) 1845; (06) 1846; (03) 1848; (02) 1849.

Principais ofícios: (01) Pedreiro

Registros que citavam o nome do Pai: 05

Registros que citavam o nome da Mãe: 02

Registros que citam a “Causa Mortis”: 27

Registros que não citam a “ Causa Mortis”: 10

Registros que mencionam o endereço: 16

Registros que não mencionam o endereço: 21

Principais doenças citadas nos Registros: Tísica, Hemorragia, Erisipela maligna em todo ventre e escroto, Gastro enterite aguda, Combustão, Coqueluche, Tuberculose, Tétano Azinthomático, Tétano dos recém nascidos, Hidropizia do ventre, “Huma perniciosa”, Fibrose grave com congestão do pulmão e fígado, Inflamação crônica, Hepatite aguda, Gastro enterites, (...) gangrenosas nas regiões glúteas, Angina, Gastro enterite, Gastro hepática, Tubérculos pulmonares, Inflamação intestinal, Grave moléstia de entranhas do baixo ventre hepatites agudas, Enterite aguda, (...) de sangue.

Causas de doenças não informadas nos Registros: 10

Registros assinados por médicos: 17

Registros não assinados por médico: 20

Principais dados sobre os médicos: Doutor em medicina, Médico e cirurgião, Inspetor do 36º Quarteirão da 35ª Subdelegacia de Polícia, Cavalheiro da Ordem de Cristo. Medicina cirúrgica, Doutor de medicina da corte, (...) da faculdade dos médicos (...), Cirurgião, Cirurgião formado.

Dados sobre médicos não informados: 29

Principais condições jurídicas encontradas nos Registros: (05) forros; (06) escravos; (01) forra; (04) escravas, (01) filho de liberto, (01) liberta, (19) não informados.

Principais proprietários – Homens (07)

- Mulheres (07)
- Não identificados (02)
- Não informados: (21)

Registros de Óbitos assinados por padres: (23)

Registros de Óbitos que não foram assinados por padres: (14)

Nomes dos padres que mais assinam os Registros de Óbitos: Padre Souza, Lopes, “Cura” Freitas, Pinto, Moraes Bueno, Manoel da (...), Manoel Jorge (?), (?) Almeida, Manoel (...) dos Santos.

Registros que não trazem a assinatura dos padres: (14)

Registro com assinatura não identificada: (01)

Registros que contém informação sobre sacramentos recebidos: nenhum dos Registros analisados trouxeram a informação de sacramentos recebidos.

Registros que trazem informação sobre uso de mortalha: (02). Estes dois Registros com data de 1845 são de 02 homens. Ambos são “pretos” e de nação “mina”.

Registros que não trazem informação sobre uso de mortalha: (35)

Registros que mencionam o uso de caixão: (02). Estes dois casos são os mesmos pretos mina mencionados anteriormente.

Registro que mencionam o uso de cova: (01)

Registros que não mencionam o uso de caixão: (35)

Registros que não mencionam o local do óbito: Nenhum dos Registros pesquisados apresentaram o local do óbito.

Registros que mencionam o uso de Catacumbas: (05). Estas Catacumbas foram usadas por: (01) mulher preta, (01) homem pardo, (02) homens pretos e (01) criança (inocente).

Principais lugares de sepultamento:

Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia (30)

Não identificados (07)

Principais Freguesias mencionadas nos Registros de Óbitos:

Freguesia do Santíssimo Sacramento- 14 vezes

Freguesia de Santa Anna- 05 vezes

Freguesia de Santa Rita- 03 vezes

Freguesia de São José- 01 vez

Freguesia da Candelária- 01 vez

Registros que não trouxeram o nome da Freguesia: 14

Por fim, ser extraditado e obrigado a levar uma vida à qual não escolheu, deveria ser difícil para os escravizados e libertos, que sendo arrancados de sua pátria, eram desembarcados no Brasil. Como já analisado, a única forma de poder se socializar e quem sabe no final da vida ter um sepultamento digno, a via a qual estes sujeitos contemplavam era exatamente a participação e ingresso em uma irmandade. Esta agremiação seria a garantia de que mesmo naquela situação, pelo menos na hora de encontro com seus antepassados seria respeitado. Como já tentamos abordar, muitos não tiveram a mesma saída, ou seja, devido a posturas questionáveis de seus patrões, houve aqueles que foram sepultados clandestinamente, ou até mesmo jogados nos lixos como simples objeto que não tem mais utilidade. Mas os que puderam ser enterrados, estes tiveram a sorte de estar dentro do “campo santo”, perto do altar ou de seu santo de devoção. Ser enterrado assim, era a garantia de uma “boa morte” a começar pelos preparativos e rituais seguintes. Assim, a igreja passa a ser a o grande objetivo para se

“bem morrer”, pois ser inumado dentro da igreja era a garantia de poder experimentar a salvação. Para encerrar, citamos Karla Leandro Rascke (2016, pp. 300-301 apud Trajano Margarida 1930, Typografia Schuldt):

Quando eu estiver morrendo,
 Na minha última agonia,
 Quero ouvir do carnaval
 Seus batuques de arrelia.

Pois lá do céu
 Que não há mal,
 Também terá
 Seu Carnaval.

Como último conforto,
 Em lugar de confissão
 Quero ouvir toda negrada
 Requebrando num cordão.

Quando eu for p'ro cemitério,
 Deitadinho no caixão,
 Quero ser acompanhado
 Por um bloco ou um cordão.

Considerações Finais

No presente trabalho buscamos apresentar a vida e a morte os escravizados e libertos da década de 1840 e sua relação intermediada pela presença ou não da Igreja Católica Apostólica Romana. Durante este caminho que nos remeteu a algumas realidades que cercavam a vida daqueles que desembarcavam no Cais do Valongo e em outras partes do Brasil. Dentro desta dinâmica de subsistência, o escravizado que chegava de sua terra era lavado a se adaptar às novas realidades circundantes. Um destas realidades com certeza era a presença das Irmandades na vida dos mesmos.

Estas Irmandades abriam as portas do catolicismo a estas pessoas, mas vale lembrar que estes sujeitos já eram “católicos”, pois tinham “recebido” o sacramento do Batismo quando desembarcaram em terras nacionais, e ao mesmo tempo estas instituições serviam de meio de socialização para os mesmos. As irmandades estavam presentes em todo tempo no cotidiano dos escravizados e libertos. Estas confrarias levavam seus membros a terem uma vida voltada para a realidade das mesmas e se socializarem entre si. Assim, era importante cada membro pudesse ter participação efetiva dentro das cerimônias e festejos nas devidas irmandades.

Buscamos elucidar que um elemento importante dentro das irmandades, além de suas organizações pessoais, ainda existia o Santo de devoção. Desta forma, muitos são aqueles/as que são lembrados e venerados nas irmandades, sejam elas negras ou não. Temos por exemplo uma das Irmandades mais antigas que se tem notícia: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Outras Irmandades se identificavam com os santos negros, tais como: são Benedito, Santo Antônio de Categeró, Santo Elesbão e Santa Efigênia, como tantos outros. Era importante ter seu padroeiro pois o mesmo serviria como protetor e intercessor da irmandade e de cada membro da devida irmandade.

Outro tema que buscamos trabalhar foi a questão da morte e seu significado. Anteriormente salientamos a importância da irmandade na vida dos escravizados e libertos, mas neste momento as irmandades eram verdadeiro suporte e apoio para que os membros pudessem ter um enterramento digno. Assim, verificamos que a morte tem seu significado para a cultura europeia e outra para os africanos. A morte no contexto social em algumas regiões do Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro, através da obra de Júlio César ao falar sobre o cemitério dos pretos novos e seus desdobramentos. Conforme as práticas de enterramento, procuramos ver, através da obra de José João Reis qual seria o significado do porque a morte “ser uma festa”; as preparações do morto, seus cortejos fúnebres e conseqüentemente os sepultamentos que segundo o autor eram realizados de forma “pomposa”, que mais pareciam uma festa e não um sepultamento.

Buscamos assim, evidenciar as “vias” pelas quais os escravizados e libertos acabaram por ter de “abraçar” a morte, mesmo não optando pela mesma. As doenças foram lembradas, principalmente a tuberculose como um dos males que ceifavam a vida daqueles que estavam expostos aos maus tratos e todas as diversas formas de açoites. Constatamos a falta de sepultamento dos escravizados e libertos por parte de seus

“donos”, pois eram enterrados na mata, fazendo com que a Igreja na época viesse a se manifestar contra esta prática, tendo em vista que aqueles defuntos eram cristãos, pois tinham recebido o sacramento do batismo.

Salientamos neste trabalho a importância e o significado do desejo de muitos optarem pelo enterramento dentro da Igreja, enquanto lugar sagrado. Estes lugares eram quase que a realidade do céu, então estar enterrado próximo ao altar ou ao santo de devoção seria para aquele que estava sendo sepultado uma grande realização, pois seria dada como certa sua salvação. Buscamos também dar ênfase ao uso de mortalhas e suas diversas cores: branca, preta, do santo de devoção e do uniforme militar. As crianças eram vestidas das cores diversas pois eram “anjinhos”. Buscamos ainda por em destaque os Registros de Óbitos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, evidenciando exatamente aquilo que estávamos argumentando, ou seja, os enterramentos dentro da supracitada Irmandade na década de 1840. Enfim, porque enterrar dentro da Igreja, foi o questionamento feito.

Por fim, pensamos que o questionamento feito neste trabalho pode ter sido elucidado, ou seja, estava ou não a Igreja ao lado dos escravizados e libertos em vida e em morte? Qual foi a parcela de participação da Igreja para poder amenizar e levar o sujeito a ter um descanso merecedor após anos de trabalho forçado? As Irmandades eram a presença da Igreja na vida destas pessoas quando as mesmas participavam de todas as atividades da confraria. Por outro lado, ao falecimento do irmão a mesma irmandade se ocupava do enterramento e quando uma confraria assim o fazia, podemos argumentar que era a Igreja que assim agia, pois, a mesma trazia consigo a identidade católica e a religiosidade da mesma. Acreditamos que as irmandades agiam, em sua grande maioria, em conformidade com a Igreja.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos tempos.** Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

----- **O Homem diante da morte.** Volume I. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1981.

ARAÚJO, Kelly Cristina. **Áfricas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2010.

A BÍBLIA TEB. **Com o Antigo e o Novo Testamento traduzidos dos textos originais hebraico e grego com introduções, notas essenciais e glossário**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais - Séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2001.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NARLOGH, Leandro. **Achados e perdidos na história: Escravos – a vida e o cotidiano de 28 brasileiros esquecidos pela história**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **Á flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

RASCHE, Karla Leandro. **Irmandades Negras: Memórias da diáspora no sul do Brasil**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

REIS, João José. **A Morte é uma festa: Ritos fúnebres e Revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: Identidades étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHMITT, Jean – Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval.** Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. **Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).** São Paulo: Alameda, 2010.

VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos.** Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.